



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA N.º5 –Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 22 de dezembro de 2022

No dia vinte e dois de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1 – Expediente para conhecimento.

1.2 – Intervenções.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1. Informação a prestar pelo 1.º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal;

2.2 – Apreciação e votação da ata n.º 4 da sessão ordinária do dia 30 de setembro, do ano 2022;

2.3. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.4. Documentos Previsionais para o ano económico de 2023 – Grandes Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita – Mapa de Pessoal para 2023 – Aprovação;

2.5. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – ano 2022, segunda alteração modificativa ao Orçamento da Receita, quarta alteração modificativa ao Orçamento da despesa, quarta alteração modificativa ao Plano de Plurianual Atividades, terceira alteração modificativa ao Plano Plurianual Investimento – Aprovação;

2.6. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos nos anos económico de 2022. / artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março – Para conhecimento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.7. CROAC – Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia – Montalegre – Enquadramento Urbanístico e Declaração de Interesse Público – Aprovação;

2.8. Escritura de Justificação Notarial do Prédio Urbano, sito na Rua Central, n.º 25, Borralha, freguesia de Salto – Aprovação;

2.9. Aprovação de nova minuta do contrato de operação de financiamento por locação financeira (LEASING), para aquisição de uma viatura homologada em 19 toneladas de peso bruto. DFNº76/2020;

2.10. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA – Aprovação;

2.11. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, – Aprovação;

2.12. EHATB – Plano de Atividades e Orçamento para 2023 – Para conhecimento;

2.13 Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso – Plano de Atividades e Orçamento para 2023 – Para conhecimento;

2.14. EHATB – Relatório Execução Orçamental 2.º Trimestre 2022 – Para conhecimento.

3 – Período após a ordem do dia.

Efetou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e cinco membros, à exceção Ana Maria Martins, António Eduardo Santos, Ana Francisca Martins, Ana Paula Adão, Bárbara Matos e António Reis.

Justificaram as faltas à sessão anterior Manuel Carvalho, Ana Maria Martins, António Eduardo Santos, Ana Paula Adão, Bárbara Matos e Vitor Carreira.

Além da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves e da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Dias, estiveram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

presentes os Vereadores Jorge Carneiro de Morais Fidalgo, Manuel António Fernandes, José Moura Rodrigues e Fernando Capela.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.2 – Expediente para conhecimento;

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

Salientou um pedido de divulgação para que haja maior sensibilização do trabalho urgente que é preciso colocar na defesa da oncologia e no Plano Nacional contra o cancro.

Informou, ainda, que os Presidentes das Assembleias Municipais, técnicos e professores universitários foram convidados pela Associação Europeia de Luta Contra a Pobreza a estarem presentes em Vila Real numa iniciativa onde se discutiu a problemática da pobreza.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal entregou o seguinte documento à Mesa: “Recebi do Tribunal as medidas de coação no processo judicial que envolve os dois ex-autarcas e um funcionário da Câmara Municipal, de que foi dado conhecimento a todos.

Tinha sido recebido pelo Presidente da Assembleia Municipal o pedido de renúncia de Orlando Alves e de David Teixeira aos lugares que tinham sido eleitos para a Câmara Municipal. Dado que o órgão se encontra instalado, esses requerimentos foram enviados à Câmara Municipal para proceder às alterações legais na recomposição daquele órgão.

Pela informação que nos é transmitida, independentemente das responsabilidades que possam ou não virem a ser apuradas, trata-se de um processo “delicado” que merece todas as averiguações e que, na própria opinião dos autarcas visados, exigia consequências políticas que voluntariamente assumiram ao renunciarem aos cargos para que tinham sido eleitos.

Em face dessa decisão, o lugar de Presidente da Câmara é legalmente atribuído à eleita Fátima Fernandes.

E não podia o Presidente da Assembleia da Assembleia deixar de manifestar à Senhora Presidente da Câmara, que ocupa, nessa qualidade, pela primeira vez, o lugar nesta Assembleia, todo o apoio institucional, todo o sentido de colaboração deste órgão, estou certo, na sua diversidade, para continuarmos o trabalho que os Barrosões esperam de todos nós e, particularmente agora, da Senhora Presidente Dra. Fátima Fernandes.

E não tenho dúvidas que a primeira mulher Presidente da Câmara Municipal de Montalegre está cabalmente preparada para o exercício do cargo, que o desempenhará com qualidade, com sobriedade, com proximidade, com competência e com brilhantismo. E com responsabilidade e o orgulho de representar e defender a nossa terra e a nossa gente.

Bom trabalho e muito sucesso para a Senhora Presidente, que será muito sucesso para a nossa terra! Assinado, o deputado municipal Fernando Rodrigues”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Assembleia tomou conhecimento.

1.3 – Intervenções.

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, Alberto Fernandes, José João Moura, Hernâni Carvalho, Acácio Gonçalves, Sandra Catarina Gonçalves, Manuel Carrelo, Sílvia Carneiro, Fátima Crespo, António Cascais, Lúcia Araújo Jorge, Ricardo Branco, João Carlos Rodrigues, Sandra Gonçalves e Nuno Pereira.

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa: “Proposta de Voto de pesar: João Soares, em nome do Partido Socialista vem submeter a esta Assembleia Municipal uma proposta de Voto de Pesar pelo desaparecimento recente (27 de novembro último) da Terra dos Vivos, de Augusto David Freitas Morais, carinhosamente conhecido por Tuto: um Barrosão de corpo e alma, um cidadão com um percurso de vida pautado pela defesa dos maiores e mais importantes valores da vida em sociedade!

Tuto, a verdadeira face deste Nobre País Barrosão, a autêntica marca de água desta “gente, tão valente, tão alegre e prazenteira, como esta cá da fronteira, do Norte de Portugal!”

Augusto David Freitas Morais nasceu na Portela, Montalegre, em 10 de outubro de 1938. Ingressou no Seminário de Vila Real, em outubro de 1952. Ao fim de alguns anos, entendeu sair do seminário e regressou à terra.

Pouco depois, fez o serviço militar obrigatório. Findo, este, ingressou no funcionalismo público, na área das Finanças, onde fez carreira, unanimemente considerada brilhante. A par do exercício da sua profissão, teve sempre um papel preponderante na vida social, em Terras de Barroso. Assumiu a Direção dos Bombeiros Voluntários de Montalegre, por mais de três décadas, colaborou com a Cruz Vermelha, esteve sempre na linha da frente no apoio às instituições e às pessoas que a ele recorriam diariamente, sempre com elevado sentido altruísta e humanista.

Tuto era, no dizer do povo, um “mãos abertas” e a sua casa sempre funcionou ao jeito de um centro de hospitalidade, de franqueza e da arte de bem receber. Qualquer visitante que chegasse a Montalegre e conhecesse o Tuto, tinha logo a recebê-lo um coração prestável e amigo que tudo punha à sua disposição.

Este dom de aproximação aos outros fez do Tuto um emblemático ícone, fiel intérprete do ancestral gesto de cordialidade e de acolhimento que nos é tão caro, tão nosso, tão tipicamente barrosão: “Entre quem é”!

É, também, inegável o contributo prestado por este cidadão de Barroso para a harmonia social em tudo quanto girava à sua volta, graças à sua delicadeza e trato humilde, à sua compreensão e retidão, ao seu amor às causas, ao seu zelo e respeito, à sua simplicidade e, acima de tudo, à sua humanidade.

Tuto foi um homem bom e homem de bem: de bem querer, de bem fazer, de bem dizer! Nunca a malquerença, a maledicência tiveram porta aberta, em seu coração! Um modelo, um livro aberto para todos nós!

Reconhecidamente, estamos perante um Homem entre os homens! Orgulho de todos os Barrosões!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Cidadão do corpo inteiro, Tuto deixou a sua imagem de marca – profissional, ética e humana – nos lugares por onde passou e nas funções que desempenhou, com dignidade e distinção, o que lhe confere o estatuto de cidadão maior e o projeta para um lugar cimeiro da cidadania barrosã, que tão bem serviu.

Com o desaparecimento do Tuto, morreu um pouco de cada um de nós e ficou mais pobre a nossa terra, mas ganhou alma a história deste País Barrosão, em cujo memorial passa a figurar tão humilde ilustre cidadão! Assinado, o deputado municipal João Soares.”

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhora Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, Senhores Vereadores, caros colegas e público: quis o destino, os humanos e a lei que eu assumisse o leme do Partido Socialista do Concelho de Montalegre.

Neste momento difícil, eu não podia dizer que não! E cá estou.

Vamos aguardar com serenidade e com confiança os procedimentos da justiça.

A vida tem que continuar e o concelho e as nossas gentes têm que ter alguém a ajudar a desenvolver e a resolver os seus problemas diários.

A hora é de mudança, mas também de confiança!

Todos somos necessários para ajudar os nossos conterrâneos a viver melhor e o concelho continuar a desenvolver.

Senhores membros da Assembleia Municipal, somos nós os representantes do povo que nos elegeram, é a nós que ele vai pedir responsabilidades e julgar-nos daqui a três anos.

Sejamos dignos da sua confiança. E agora quero apresentar uma moção de apoio institucional à Senhora Presidente e ao Executivo para esta Assembleia se pronunciar. Assinado, o deputado municipal Alberto Fernandes”.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Deputados, caro público, gostaria antes de mais de desejar aqui a todos, um Feliz Natal e um próspero 2023, e para os eleitos, que concluam os seus mandatos com saúde e tranquilidade.

A minha intervenção irá falar e deambular à volta de três palavras: corrupção, lealdade e medo.

Após surgirem tantos casos ultimamente de corrupção, tanto no governo central como a nível autárquico, o governo foi obrigado a publicar em Diário da República o Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, com entrada em vigor no dia 2 do presente mês, que determina as novas regras de contratação pública, o Código dos Contratos Públicos e que leva à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento. Esperemos que agora, Sra. Presidente de Câmara, e aproveito aqui para felicitá-la pela sua tomada de posse intempestiva, o estude, de forma a no presente e futuro não continuar a responder quando questionada, com desconhecimento e a proferir “não sei de nada”, o que denota inaptidão, quando esteve presente em todas as reuniões de câmara e mesmo em todas as sessões ordinárias desta assembleia municipal. E de todos os casos noticiados o mais mediático e grave acabou mesmo por ser o de Montalegre, com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

prisão primeiro, e renúncia posteriormente, do Sr. Presidente e Vice-Presidente de Câmara, que era ao mesmo tempo presidente da comissão política concelhia do PS. Esse dia tornou-se assim o dia mais triste da história política contemporânea de Montalegre, em que os seus munícipes viram a ser enxovalhado o bom nome de Montalegre. E mais uma vez, foi a cargo de dirigentes socialistas que estas notícias depreciativas e vergonhosas mancharam a imagem de Montalegre e que não retratam, nem pouco nem mais ou menos, com a postura, orgulho, carácter e humildade barrosã.

Relembro que enquanto oposição, fomos ativos e conscientes na fiscalização dos atos municipais e na exigência da transparência na gestão do município.

Exercemos o mandato com responsabilidade política sempre pusemos o interesse público em primeiro lugar em detrimento dos interesses partidários ou eleitoralistas. Pugnamos sempre pela defesa das propostas que constavam do nosso programa eleitoral e pela credibilidade da política e dos políticos, pela afirmação de valores, na defesa dos mais vulneráveis e do interesse coletivo da população, e quando na presença de irregularidades e de tantas divergências entre os orçamentos previstos e executados, questionamos, indagamos, pedimos por requerimento escrito acesso aos dossiers e explicações, tanto a nível de reuniões de câmara como aqui neste órgão deliberativo, sendo sempre: a arrogância, desdém, altivez e menosprezo a resposta, o que levou a oposição, no seu direito de fiscalização, reportar às autoridades competentes.

E é esta postura que deve ser revista e substituída e deixa-me incrédulo, Sra. Presidente, quando na sua apresentação aos funcionários camarários falar de lealdade. Lealdade a que? Lealdade a quem? E mais importante: Lealdade Porque?

Estas dúvidas, presentes em muitos munícipes, é que levaram o PSD a exigir eleições intercalares, uma vez que está em causa o direito a que todos possam participar na vida pública do concelho, em igualdade de oportunidades e sem qualquer discriminação e exigir uma política autárquica que responda aos reais problemas das pessoas.

E Sra. Presidente, embora legitimamente tenha o direito de estar no lugar em que está, após tantas renúncias dentro da lista do PS à câmara municipal, 5 no total, eticamente e moralmente o seu lugar é questionável e dúbio, tornando-se assim esta situação um case-study, em que qualquer dia politólogos e mesmo constitucionalistas, irão debruçar-se e estudar este novo executivo, que é agora constituído pela 3, 5, 7 e 9 na lista candidata. Por isso mesmo, quando num dia sai um comunicado assinado por si a afirmar que a câmara municipal irá aguardar serenamente a libertação dos arguidos, no dia seguinte sai outro a proclamar o normal funcionamento da câmara municipal com a sua tomada de posse e respetivo séquito. Escusa assim de agradecer à oposição Sra. Presidente, bem como os restantes vereadores, com este jackpot em vésperas do Natal, levando de igual modo à autotortura e arrependimento de muitos militantes e simpatizantes do PS que não aceitaram integrar a vossa lista em lugares inferiores.

Isto demonstra Sra. Presidente medo. Medo de perder o poder, instituído há 33 anos e que conduziu o concelho ao marasmo num estado de faz-de-conta dissimulado no manto do segredo de negócio. Com uma visão redutora e de circunstância, sem uma estratégia nem definição de prioridades, numa clara gestão contabilística, deu primazia aos interesses pessoais, de fação ou grupo em detrimento do interesse público.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

E o medo que o PS instaurou virou-se agora contra ele próprio, espelhada na sua pessoa, Sra. Presidente.

Com vereação a tempo inteiro há 17 anos e presença assídua tanto em reuniões de câmara como em assembleias municipais e com o pelouro da educação atribuído, o desconhecimento acerca da política despesista, bem como das derrapagens financeiras sistemáticas e celebração de ajustes diretos sempre com as mesmas empresas, aliado ao facto, de nunca ter reunido o conselho municipal de educação, não augura nada de bom, e sim, Sra. Presidente, serão 3 anos perdidos, pois é difícil divorciar-se desta situação, e vamos continuar assim a passar ao lado da carruagem do progresso e cada vez mais afastados e a perder mais oportunidades.

Basta assim de uma visão redutora e de circunstância, sem estratégia nem definição de prioridades e esperemos, na tomada de decisões, mais humildade e menos arrogância, mais diálogo e menos isolamento, mais transparência e menos opacidade.

E como estamos em vésperas de natal vou terminar assim com uma história, que não é mais do que uma imagem real do concelho.

Imaginemos um nome fictício, a Maria. A Maria nasceu há 33 anos em 1989, numa das 135 aldeias do concelho. Ainda a Maria não comia a sopa, o Sr. Presidente do Conselho Diretivo da escola de Montalegre, Prof. Fernando Rodrigues, vai para vice-presidente da Câmara de Montalegre, escola essa onde a Sra. Presidente já dava aulas de Português.

E como vice-presidente ficou até a Maria fazer 8 anos, quase a terminar a primária, quando em 1997 o Prof. Fernando Rodrigues passou a presidente de câmara.

Quando a Maria tinha 16 anos a Sra. Presidente de camara deixou a escola e foi para vereadora a tempo inteiro, num executivo municipal ainda liderado pelo Prof. Fernando Rodrigues, e assim ficou até a Maria terminar a faculdade, onde assistiu à distância à construção de obras questionáveis e de interesse municipal polémico: um pavilhão multiusos em que apenas abria uma vez por ano; uma pista de ralycross num concelho sem qualquer interesse por desporto automóvel; uma ponte sem acessos rodoviários e uma lacuna enorme em acessibilidades, ao invés de concelhos vizinhos; e uma piscina municipal que estava sempre encerrada e remetida ao abandono.

A Maria, entretanto, acabou o curso em 2013, o mestrado, e começou a procurar trabalho no seu concelho, em que a Sra. ainda continuava como vereadora a tempo inteiro, num executivo municipal que tinha agora à frente o Prof. Orlando Alves, e o que encontrou, além da sua aldeia continuar sem saneamento?

A Maria, mesmo tendo o mestrado, tal como 1 em 3 jovens, arrisca-se a se arranjar emprego a receber o salário mínimo nacional.

E a Maria, segundo a média nacional, aliás a pior da Europa, em que Montalegre contribui em grande parte, só quando tiver 33 anos, ou seja, este ano, é que consegue sair de casa dos seus pais.

A Maria, por sair tão tarde de casa dos pais, provavelmente só terá um filho, que é alias a média nacional, e provavelmente será uma das 50 novas mães deste concelho.

Mas o que é mais triste, a Maria por já não suportar esta condição, acaba como 1 em cada 5 jovens portugueses a emigrar, tal como outros colegas seus por falta de oportunidade de emprego.

Por isso, a pergunta que tenho de fazer, antes que a Maria apanhe um avião e nunca mais volte a Montalegre, o que a Sra. e o seu partido, presentes ao longo da vida da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Maria, têm a dizer, além de um pedido de desculpas? Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

O deputado Hernâni Carvalho disse que, quando a “Maria” nasceu, a mãe dela vivia numa aldeia e num concelho sem luz, sem acessos, pouco conhecida, pouco desenvolvida e toda a gente sabe quem era o Presidente da Câmara na altura. Quando ela acabou o curso, a Maria tinha um Primeiro Ministro que o melhor que lhe ocorreu dizer foi para ela emigrar. Por isso as questões da memória são questões pertinentes, mas pouco originais pois julga ter ouvido esta história noutra palco.

Reconheceu que se vivem tempos difíceis, mas o legado do Partido Socialista obriga a não fazer como a avestruz que enterra a cabeça na terra. Houve a demissão do Senhor Presidente da Câmara e do Vice-presidente que deve ser entendido como um ato de responsabilidade e que todos conhecem as razões. Se alguns preferem fazer disso bandeira e oxigénio para sobressair na política, se outros preferem gastar dinheiro em fogo de artifício e celebrar estes acontecimentos, o PS prefere responder com trabalho. E este trabalho foi começando por garantir o normal funcionamento do Município e da democracia que, passados tantos anos do 25 de abril, continua a ser um tema muito complexo em muitas cabeças.

Falou do Professor Orlando Alves e do Dr. David Teixeira que foram dois autarcas que se dedicaram à terra, à causa pública, que se veem agora a braços com a justiça e que terão que responder cabalmente a todas as dúvidas que estão levantadas. É isso que o Partido Socialista lhes exige e que a atual Presidente da Câmara deverá promover. À justiça o que é da justiça. Neste tempo político cumpre agradecer-lhes, reconhecer-lhes aquilo que fizeram de bem, cumpre dar-lhes tempo e espaço para responderem a todos sobre as dúvidas que se possam levantar na praça e se forem depois de serem acusados, pois ainda não o foram, em sede própria, se chegarem às conclusões finais. Nessa altura haverá um novo tempo, um tempo de julgamento político. Pensa que é irresponsável, redutor e de um completo desconhecimento da democracia e das funções autárquicas.

Disse que ir a eleições nesta altura compromete o município, compromete o apoio aos munícipes, compromete a função autárquica para a qual foram eleitos. A resposta do PS não pode ser essa, não seria a resposta responsável. Seria comprometer a aprovação do orçamento, seria comprometer a atribuição dos apoios tão necessários nestes tempos tão difíceis. Tudo por conta de uma necessidade desmedida que alguns têm de chegar ao poder. Não vale tudo. É preciso estar-se preparado para assumir estas funções, tal como esteve o Dr. Rui Rio aquando da pandemia, que deu a toda a gente lições do que é saber estar na política.

Tudo o que eventualmente possa dizer, pode ser suspeito, alvo de crítica e tendencioso pois é dito por um socialista convicto, mas não pode deixar de comentar um vídeo publicado numa rede social do PSD e no qual o Secretário Geral do PSD, Hugo Soares, visita o concelho de Montalegre. Ficou estupefacto com as palavras proferidas durante o jantar organizado pelo PSD Montalegre pois denota muito conhecimento do que se passa em Montalegre. Disse que as primeiras palavras por ele proferidas foram dirigidas ao Professor Carvalho de Moura dizendo-lhe que não fique triste pois daqui a três anos vai deixar de ser o último Presidente da Câmara do PSD. Seria bom que alguém dissesse ao Prof. Carvalho de Moura, que se isso o entristecia, que fique contente pois tal não vai acontecer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Secretário Geral continuou a dizer que “para que se ganhem eleições não chegam só os que votaram no PSD nas últimas eleições autárquicas. Temos que recuperar a velha alma do PPD/PSD. Temos que sair daquilo que é o partido”. Terminou dizendo que se há alguém que não pagou as quotas que o devem fazer.

Mas ainda disse mais coisas que politicamente interessa destacar quando disse, “mas nós temos que ir lá fora buscar os melhores em cada sector de atividade, contar com os independentes e com aqueles que vêm de outros partidos”. Isto é, o Secretário Geral do PSD admitiu que os melhores não estão no PSD. Ele percebe que as pessoas de Barroso não se sentem representadas por este partido. É um momento sui generis e que foi registado com agrado e espanto. É tão irresponsável pedir eleições neste momento, até para o PSD, que o Secretário Geral sabe que voltavam a perder as eleições pois não se revêem nesse projeto.

Terminou a sua intervenção destacando, com especial gosto e enfoque o facto de ser a primeira mulher Presidente da Câmara de Montalegre, revestida de legitimidade como autarca e como pessoa que mais confiança transmite para desempenho do cargo e defesa de Montalegre, marca do PS.

Disse que não percebe qual é o mal das renúncias dos mandatos. Até parece que a seleção portuguesa não deveria ir ao Mundial no Qatar pois o Rafa renunciou.

Há uma pessoa que acompanha a Senhora Presidente da Câmara que também tem o seu lugar político, público e de cidadania que é a Dra. Ana Isabel Dias, para quem deseja votos de muito sucesso.

Quando se fala de equidade de género é para pôr em prática e no dia-a-dia e dois homens acompanham a Presidente da Câmara, como suplentes, é certo, mas já toda a gente percebeu que são melhores os suplentes do PS que os titulares do PSD. Deseja a todos um excelente mandato e dizer-lhes que para além de uma moção de apoio do Partido Socialista, tem uma larga moção de apoio de todos os Barrosões.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Voto de pesar: foi com profundo pesar que tive conhecimento do falecimento do nosso amigo Augusto Morais, conhecido no meio social com Tuto das Finanças.

A bancada do CDS/PP nesta Assembleia Municipal de Montalegre, apresenta aos filhos, restante família e amigos as nossas sinceras condolências.

Ao longo de toda a sua vida o Tuto destacou-se como cidadão pelo exemplo de coragem e determinação nas lutas que ao longo da sua vida enfrentou.

Ativista desde jovem na vida social de Montalegre, empenhado sempre no bem estar dos mais necessitados, sempre disponível e atento para socorrer os mais aflitos quer na função pública ou na vida familiar, valendo-se dos cargos que exerceu na área da justiça, das finanças e como um dos fundadores da Casa do Povo de Montalegre e Bombeiros Voluntários de Montalegre, socorrendo aqueles que se debatiam com necessidades de saúde, alimentares e financeiras, e se as situações criadas estivessem fora da sua alçada ativava a sua grande rede social de amigos influentes em ajudarem em certos casos.

Socialmente como pai e esposo foi sempre um exemplo de dedicação e amor.

Politicamente foi um liberal influente com a sua isenção e moral sempre presentes, homem de confiança dos mais próximos do poder como “confidente habilitado”, nunca renunciando às suas origens mesmo que tivesse de fazer frente ao contraditório.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Tuto foi o amigo dos amigos, rodeando-se dos mais jovens a quem franqueava a sua habitação para encontros sociais convívios e serões, onde nunca faltava animação e a velha guarda do seu tempo de juventude.

Sei que todos os que tiveram o privilégio de conviver com o Tuto e aprender os seus ensinamentos guardarão nas suas melhores memórias o reconhecimento da gratidão, pelo saber de uma vida partilhada.

Em meu nome pessoal e do Grupo Municipal do CDS/PP expressamos as mais sentidas condolências à família enlutada, amigos e colegas.

Entregou ainda o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Vereadores e deputados, Mesa da Assembleia Municipal, meus senhores e minhas senhoras: Acácio Gonçalves, representante do Grupo Municipal do CDS/PP nesta Assembleia Municipal, apresenta os respeitosos cumprimentos à Sra. Presidente Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves e toda a restante vereação, ambicionando que o restante mandato do executivo decorra com a responsabilidade, transparência e harmonia política a fim de ultrapassarmos as contrariedades a que este concelho de Montalegre tem estado sujeito.

Somos os representantes dos eleitores deste concelho nesta Assembleia, exercendo o mandato que nos foi atribuído em ato eleitoral e cumprindo o dever de fiscalização e apreciação do executivo e restantes competências que a lei nos atribui, desejando sempre que a dignidade e honradez prevaleçam e em tempo de paz, como é este Natal, desejamos a todos os autarcas e público em geral umas santas festas.

Quem esteja a espera que este grupo municipal se pronuncie sobre os acontecimentos de responsabilidade política que vieram a público, deverá ter de esperar que a justiça se pronuncie em sentença e trânsito em julgado.

Retomando o tema da última Assembleia sobre os arruamentos em Ladrugães, Freguesia de Reigoso, a que vagamente o ex-presidente respondeu, sabendo que se encontravam orçamentados para 2022, arruamentos (178.000,00€), águas (33.000,00€) e saneamento (45.000,00€) que totalizam 256.500,00€, verifica-se que foram realizados e pagos 164.750,00€ sendo assim, não se compreende como a Junta de Freguesia em sessão desta Assembleia (30/11/2022) veio requerer um subsídio (aprovado) para o mesmo fim (beneficiação e pavimentação de diversos arruamentos em Ladrugães) no valor de 150.000,00€. Assim, haverá um desvio orçamental de 58.250,00€ que requeremos explicação por escrito.

As obras do SIPAM orçamentadas para 2022 no valor de 1.195.000,00€, são novamente orçamentadas para 2023 no valor de 1.299.600,00€. Como já houve pagamentos em 2022 no valor de 28.185,17€, a obra estará de ano para ano sujeita a valores superiores ao ano transato (104.600,00€), desejamos saber o motivo deste atraso, se é devido ao Tribunal de Contas, haverá que responsabilizar essa entidade; se é por falta do município, que suportará 25% e que ainda não foi aprovado qualquer empréstimo, estão sem dinheiro, a obra terá de ser feita com o financiamento da União Europeia e requeremos explicação por escrito.

A Senhora Secretária de Estado da Inclusão Ana Sofia Antunes abriu a bolsa ao financiar a obra da Cercimont e Lar Residencial em 1.599.750,00€ (75%), restando 25% (533.250,00€) que deverão ser suportados pelo município, não encontrando qualquer valor no orçamento para 2023, o mesmo acontece com o Lar S. José, financiado em 307.069,00€ e assim requeremos por escrito qual o suporte financiado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

pelo Município e se existe protocolo e qual o teor do mesmo. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves.”

A deputada Sandra Catarina Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores deputados municipais e demais pessoas aqui presentes.

Aqui chegados, e tendo em consideração os últimos desenvolvimentos políticos, ocorridos no nosso município, eu não ficaria bem comigo mesma se não viesse sobre este assunto tecer algumas considerações.

Estamos em plena execução de um projeto político, social e económico! Projeto esse que foi sufragado e amplamente aprovado por todos os barrosões, projeto esse que foi sufragado e amplamente aprovado por todos os barrosões, projeto esse que segue uma linha de continuidade, de desenvoltura que conta com mais de três décadas.

Projeto esse que permitiu à minha freguesia a criação de determinadas respostas sociais, culturais e de associativismo, projeto esse, enquanto Presidente da Junta da Freguesia de Salto, que me permite assumir determinadas responsabilidades, recriar novos projetos e definir novas metas, em prol de benefício maior que é o bem comum! Pois bem, a quem trilhou esse projeto, esse trajeto político, por mais ou menos tempo, com uma ou mais funções, e que, a bem do município, as preferiu abandonar, deixo aqui em meu nome pessoal e institucional, a minha palavra de reconhecimento, de agradecimento e de alento.

De reconhecimento pela desenvoltura; de agradecimento pela obra feita e de alento porque deve dar-se à justiça, aquilo que só à justiça cabe resolver e decidir.

Ultrapassada que está a questão da legitimidade, porque o projeto é da equipa, é do partido, e foi esta equipa, este projeto e o partido socialista que venceu as eleições, há que enaltecer a coragem e bravura com que o atual executivo camarário assumiu os destinos do nosso Município e fê-lo com verdadeiro sentido de responsabilidade, de cabeça erguida, com verdadeiro foco e determinação.

Aliás, aproveito ainda para lhes agradecer toda a disponibilidade empregue à freguesia que presido, às iniciativas que em Salto vão sendo desenvolvidas, as quais só se efetivam quando há disponibilização de meios, quando há verdadeira vontade de trabalhar, de fazer acontecer e de servir!

Sra. Presidente, Sra. Vice-Presidente, Senhores Vereadores, o nosso muito obrigado e votos de um mandato pleno de serviço e bonança. Bem hajam. Assinando, a deputada municipal Sandra Catarina Gonçalves.”

O deputado Manuel Carrêlo entregou o seguinte documento à Mesa: “Digníssimos representantes da mesa da AM, Senhoras e Senhores deputados, senhoras e Senhores Vereadores, estimado público, Senhora Presidente da Câmara Municipal: Os comunitaristas, dão as boas vindas de chegada do novo executivo à liderança dos desígnios da nossa coletividade municipal.

Desejaríamos, no entanto, uma liderança que se demarcasse do exercício do poder de mais de 20 anos do PS, uma vez que excetuamos os mandatos de boas intenções do Dr. Pires, para nós uma boa referência da passagem do PS pelo controlo da gestão do concelho, o mais Socialista de todos os mandatos, apenas impregnado do pecado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

original e que nos fez acreditar numa mudança em relação às políticas do partido do seu antecessor.

Os mandatos do Dr. Pires, eram entendidos como um ponto de partida para o desenvolvimento do concelho e como diria Miguel Torga, o que importa é partir e não chegar.

Mas chegamos, infelizmente através das presidências que lhe sucederam, até aqui....

A Sra. Presidente pode e deve gozar do benefício da dúvida num mandato promissor, mas confesso que não é possível esquecermos que ao longo deste percurso, carrega consigo 17 anos de vereadora a tempo inteiro e conseqüentemente, 17 anos de compromisso e concordância para o bem e para o mal com as políticas dos principais responsáveis da edilidade, que cessaram funções da forma que todos os barrosões e o país, conhecem.

O clima político que se vive, só se verá livre da espessura dos problemas que as nuvens carregam quando a legitimidade do exercício do poder, levar atrás de si, deontologia e ética política, transparência e competência.

Todos sabemos que perante o ocorrido...a única forma de desanuviar o ambiente que vivemos, seria convocar eleições intercalares...

Teria todo o nosso apoio Senhora presidente se saísse vitoriosa dessa consulta ao eleitorado...

Quando a crise do capitalismo selvagem, por razões óbvias, é já uma crise endémica persistente e o socialismo que finge existir, falham, recomenda a democracia que se olhe com atenção para o comunitarismo como solução para os povos... tem sido sempre assim ao longo da história.

Chegou o momento de colocar Montalegre no caminho do seu destino. Em 48 anos de democracia delapidou-se o património histórico, abandonou-se a natureza e deu-se o êxodo dos barrosões...

Ficou o barroso despido de gente de valores e à mercê dos interesses privados.

Acreditamos numa terceira via para o Barroso sustentada na entreaajuda, na solidariedade e na felicidade.

Falharam estrondosamente todos os que neste quase meio século de democracia pensaram que Montalegre e o Barroso perderiam a sua identidade social e económica fundamentada na agricultura de montanha e nos seus recursos.

Enfraqueceu a agricultura sim, mas não só sobreviveu, como garante ser o futuro da região...e é por aqui que temos de seguir...

Montalegre foi, é e continuará a ser um concelho rural. Não houve, não há, não haverá qualquer milagreiro milionário, qualquer grande estrutura industrial que adultere esta matriz.

Ser agricultor, não significa ser atrasado. O agricultor é o homem mais sábio do planeta. Lida na sua profissão, com a biologia, com a geologia, com a meteorologia, com a física, com a matemática, com a mecânica, com a astrologia, com a medicina, com os animais, com a floresta, com a natureza, e com todos os humanos.

Este Agricultor está em vias de extinção.

As nossas crianças deveriam crescer e desenvolver-se próximos deste ser humano sábio e dentro do contexto social que desenvolve...

Os nossos jovens em idade escolar foram arrancados deste meio, encerrando escolas, para se centrarem os estudantes num meio citadino, alegando melhores condições, para a aprendizagem, mas que apenas servem para formar jovens que fujam do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

barroso...O ensino não está a formar barrosões, se barrosões ainda existem para se fixarem ao barroso. A Senhora Presidente tinha a obrigação de tomar uma posição em relação ao processo de encerramento de escolas, pois ao tempo desempenhava a função de vereadora da educação. A Escola de Vilar de Perdizes em 2008, tinha 15 alunos, mais alguns na pré-primária, contrariando até a orientação do governo. Que aconselhava ao encerramento de escolas com menos de dez alunos.

Curiosamente 3 anos mais tarde, quem na altura desempenhava a vice-presidência da Câmara, nesta mesma Assembleia como consta da Acta no.5 de 24 de setembro de 2011 página 6, em relação à Escola de Vilar de Perdizes, disse *ipsis verbis* " não devia encerrar porque o funcionamento duma escola é sempre gerador de dinâmicas, que hoje mais que nunca, importa preservar"... nas nossas aldeias.

Foi uma medida trágica e sem concerto para as comunidades locais.

Aqui mesmo ao lado nos povos da vizinha Galiza, basta haver, três quatro ou cinco alunos na primária ou pré-primária e já haverá uma Escola. Na Costa Rica um país dito do terceiro mundo, onde houver um costarricense, há uma escola.

Mandaria o bom senso, optar por agrupamentos de freguesias ou polos de desenvolvimento.

Resta-nos lutar por um ensino que devolva os filhos dos barrosões ao barroso é tarefa árdua, mas fundamental para o futuro da região, essa será a via defendida pelos comunitaristas e o orgulho de ser barrosão passa por aí.

Como vê, Sra. Presidente, até neste particular e porque é professora de formação esperávamos maior desempenho nesta tarefa por parte de V.exa.

Montalegre transformou-se no paraíso das esperanças perdidas!...

E quem escutar o otimismo, com que a Sra. Presidente enfrenta a pesada herança deixada da forma que foi deixada, parece ouvir falar de um mundo imaculado do fantástico...faz lembrar Lewis Carrol em "Alice no país das Maravilhas"...

Finalmente e porque todos nós ficamos reféns da boa ou má aplicação do orçamento não o votaremos favoravelmente e também por acharmos que não contempla nem vislumbra medidas inovadoras que invertam a situação de marasmo e atraso em que se encontra o concelho. Boa sorte!...Viva Montalegre! Assinado, o deputado Manuel Carrelo."

A deputada Sílvia Carneiro entregou o seguinte documento à Mesa: "Excelentíssima Mesa da Assembleia, Excelentíssima Presidente da Câmara, Excelentíssimos Vereadores, Caríssimos Deputados e Presidentes de Junta, Caro Público: Corria o ano de 2017 quando deixei Montalegre para ir estudar. Passei por Lisboa, pelo Porto. Perdi a conta à quantidade de pessoas com quem me cruzei neste período, a nível profissional e académico. A cada uma delas, apresentei-me sempre, com o coração a transbordar de orgulho, como sendo "uma moça nascida e criada em Montalegre". Logo me diziam "Montalegre, terra do fumeiro", "Montalegre, da sexta 13", "Montalegre, terra do Padre Fontes", "Montalegre, da Peneda-Gerês", "Montalegre, da magnífica vitela barrosã". Hoje em dia, quando conheço alguém, e me apresento exatamente da mesma forma, recebo de volta uma reação completamente diferente. Agora, dizem-me "Montalegre, terra do escândalo político mais recente", "Montalegre, terra da corrupção"; "Montalegre, terra dos esquemas de clientelismo", "Montalegre, terra desgovernada".



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Um concelho que lutou anos a fio para projetar o que de melhor temos, desde a riqueza histórico-cultural, às magníficas paisagens, passando pela sua gastronomia inigualável e pelo património agrícola mundial, que agora se vê catalogado no livro dos maiores escândalos políticos dos últimos tempos. Está provado de que, de nada serve uma nação abundante em recursos e potencialidades, se quem os governa gangrenar paulatinamente o seu bom uso.

Deixando para a justiça o que é da justiça, não posso deixar de chamar à política o que é da política. E por isso, não posso deixar de lamentar toda a situação e as consequências nefastas que acarretou para Montalegre e para todos os Montalegrenses. Demos vários passos atrás e só nos resta desejar que o futuro seja pleno de passos em frente na direção certa, para recuperar o bom nome de Montalegre e para que o concelho possa voltar a ser conhecido pelos motivos certos.

Só nos resta desejar que o novo executivo, apesar das inegáveis raízes presas a uma política que já mostrou claros sinais de apodrecimento, saiba fazer diferente. Reconheço essa capacidade à professora Fátima, não por ser mulher, mas sim pelo que é enquanto pessoa e pelas suas valências enquanto profissional. Porque enquanto a condição de gênero for a única característica que atribui reconhecimento e mérito à presidente Fátima, como tanto têm apregoado os colegas socialistas, fica mais do que claro que temos muito que evoluir

enquanto sociedade. Mais, não posso deixar de realçar que são os mesmos socialistas que apregoam a vitória para o feminismo por termos, pela primeira vez na História, uma mulher ao comando de Montalegre, que nunca, até à data, escolheram uma mulher para cabeça de lista. E, infelizmente, duvido que algum dia o fizessem, não fossem os meios legais metidos à mistura.

Sra. Presidente, desejo-lhe um bom mandato, esperando que saiba refletir sobre as políticas desadequadas do anterior executivo, repensar as suas prioridades e alinhar a sua ação no sentido do desenvolvimento do concelho a longo prazo. Isto significa priorizar a luta contra a desertificação humana do concelho, apostando na criação de emprego, na retenção do capital humano cada vez mais qualificado, aumentando os apoios à natalidade, criando condições para que as famílias locais e cidadãos extrínsecos ao concelho possam escolher viver aqui – através de uma melhor rede de transportes e comunicações, de uma formação educativa mais completa e de instalações escolares com condições dignas, de um alargamento da rede creches e lares, da aposta na modernização das atividades agrícolas e pecuárias, da diversificação da oferta cultural, da luta pela sustentabilidade, entre tantos outros pilares basilares da evolução que o executivo anterior relegou constantemente para segundo plano.

É preciso começar a olhar de dentro para fora e não de fora para dentro, é preciso passar a priorizar os residentes e a economia local, porque enquanto a prioridade do executivo se focar numa mão cheia de atividades que, pese embora a sua importância, não garantem a solidez económica nem a sustentabilidade demográfica do concelho a longo prazo, nada mais podemos esperar que um concelho fantasma, cujas únicas luzes acesas são a dos turistas que por aqui vão passando.

Mas é também preciso mudar radicalmente a ética e o modo de estar na política dos eleitos pelo povo para os representar, começando pelo executivo municipal e por esta Assembleia. É preciso queimar os livros da luta por interesses pessoais e da cegueira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ideológica, e passar a olhar para aquilo que o povo- o verdadeiro detentor do poder-precisa.

E o povo precisa de transparência, de verdade e de liberdade para ser ouvido. O povo precisa de união e da defesa assertiva do interesse coletivo. O povo precisa de uma política de confiança ao invés da política de manipulação e do medo a que os habituaram. Precisa, acima de tudo, de um novo executivo empenhado no bem comum, no desenvolvimento socioeconómico do concelho, regido por um quadro de valores que nos orgulhem novamente de ser Montalegrenses e de dizer, em tom altivo e repleto de orgulho que “não há gente mais honesta e verdadeira do que esta cá da fronteira do Norte de Portugal”. Tenho dito. Assinado, a deputada municipal Sílvia Carneiro.”

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sras. E Srs. Vereadores, caros colegas, estimado público: quero, em primeiro lugar, aproveitar para vos saudar e desejar que a época natalícia seja por todos vivida com saúde, paz e amor e que o novo ano seja para nós o melhor de sempre, tanto no âmbito pessoal, como profissional e político.

Depois dizer-vos que, como todos sabemos, na sequência da renúncia aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, o Partido Socialista que sempre soube estar, não tremeu e, como não podia deixar de ser, tendo entre nós mulheres de fibra, eis-nos perante um novo executivo, desta vez liderado por mulheres cujos princípios e valores demonstrados são a coragem, o rigor, o saber, a determinação e o respeito pelos cidadãos e pelo território.

Por isso e porque o Barroso e o Partido Socialista lhes correm nas veias, decidiram timonar este barco, que tenho a certeza vai levar-nos a bom porto.

Muitos parabéns Dra. Fátima Fernandes, Dra. Ana Isabel Alves, Dr. Jorge Fidalgo e Manuel António Fernandes. Contem connosco para vos ajudar naquilo que for necessário.

Foi com entusiasmo e expectativa que participamos no Congresso do Partido Socialista, em Sabrosa, onde Montalegre recebeu a solidariedade, a amizade e o respeito de todos os oradores. Fomos aplaudidos por diversas vezes e o momento alto foi a presença do nosso Secretário Geral Dr. António Costa que garantiu à nossa Presidente total apoio e solidariedade.

O PS Montalegre está confiante, está unido e disponível para levar a cabo com sucesso o mandato.

De referir, como todos sabemos, que todas as atividades estão a decorrer com normalidade e que o nosso propósito é seguir em frente contrariando obviamente os anseios da oposição que desconhecendo as leis autárquicas clamavam por eleições intercalares.

Apraz-me, ainda, dar nota de várias abordagens muito positivas de pessoas que depositam inteira confiança no novo executivo municipal. Assinado, a deputada municipal Fátima Crespo.”

O deputado António Cascais entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara e vereadores, Senhores Deputados municipais: ocorre esta assembleia em contexto de crise da maioria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

socialista, por força dos acontecimentos que resultaram na renúncia dos anteriores Presidente e vice-Presidente da Câmara Municipal e consequente substituição da equipa governativa.

Saúdo a senhora Presidente da Câmara e os vereadores agora em funções, desejando-lhes os maiores êxitos pessoais no exercício das novas responsabilidades autárquicas, cujo desempenho se reflita num auspicioso desenvolvimento do concelho de Montalegre e na qualidade de vida das suas gentes.

Senhora Presidente, penso ser redutor das suas qualidades e capacidades para as novas funções apenas a condição de género, conforme sobejamente anunciado pela pena de correligionários partidários, de “cronistas oficiais do reino”, ou de “oraculares divindades”. Reduzir as suas competências para o exercício do cargo à condição feminina, é uma desconsideração para a sua pessoa, ou para qualquer mulher, de que publicamente me distancio. Tem, seguramente, outras capacitações que a colocam no patamar de igualdade com aqueles que se dispõem a servir causas públicas. Assim o queira!...

Senhora Presidente, mas há uma condição que não tem: é o respaldo da legitimação política que só o sufrágio popular lhe poderia conferir, dadas as causas que conduziram ao reajustamento da nova governação, que foram de enorme gravidade e aconteceram decorrido apenas um ano do mandato. Não se questiona a legalidade, mas tão só a legitimidade política. Nas escolhas eleitorais através das listas partidárias, o eleitor tem sempre presente o cabeça das listas candidatas à Câmara Municipal, pois sabe que é o único, da lista vencedora, a exercer as funções de Presidente de Câmara. As substituições de elementos são normais, mas neste caso não se trata de uma qualquer substituição por força de uma qualquer razão. Também a circunstância de já terem ocorrido cinco renúncias no espaço de um ano deve merecer séria ponderação. A ocorrência de situações extraordinárias requer soluções extraordinárias. Aceitamos e respeitamos a vossa opção, mas temos um entendimento diferente do caminho escolhido.

Senhora Presidente da Câmara, a tarefa apresenta-se dura e exigente. Paira no horizonte a penumbra da clientelar teia de negócios e interesses urdida em dezenas de anos, na qual se vêm enredados os recentes ex-responsáveis políticos, apesar de muitos outros, com maior ou menor grau de participação, em função das responsabilidades conferidas pelos cargos exercidos, terem ajudado a tecer a manta protetora do núcleo beneficiário deste tipo governança municipal. Todos estavam no barco, mas viram e não sabiam, ou souberam e não vieram.

O ambiente político está demasiadamente crispado no concelho, como transparece de algumas redes sociais, onde se argumenta com a ofensa, a malcriadez, a injúria, a humilhação, o que é repugnante. Vamos nesta nossa casa saber honrar o voto que nos confiaram. Em democracia a tomada de decisões implica debate, confronto de ideias e propostas, de acordo com a perspetiva de cada um e de cada grupo, desde que tenha como norte os superiores interesses do concelho e seus munícipes. O escrutínio, a responsabilização, a fiscalização, a denúncia de erros e injustiças, o reconhecimento de decisões e ações meritórias para o concelho deverão ser a bússola, de todos e de cada um, que a democracia exige aos atores políticos. Sendo esta assembleia, por natureza, o órgão próprio para este exercício democrático, temos todos nós o dever de o fazer com elevação na frontalidade, respeito na diferença, honestidade nas intenções e educação nas palavras. Assinado, o deputado municipal António Cascais.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A deputada Lúcia Araújo Jorge entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes elementos que a constituem, Exma. Senhora Presidente da Câmara, senhores e senhoras vereadores, caros e caras deputados nesta assembleia presentes, bom dia a todos. A minha intervenção vem no sentido de transmitir a grande preocupação que existem num número considerável de agricultores que vivem nas diversas freguesias do PNPG que desde 2011 lutam pela legalização dos seus estábulos agrícolas.

Na obrigação de ser integrado o Plano de Ordenamento PNPG no PDM a ameaça de não conseguirem legalizar os seus armazéns agrícolas eram enormes, pois nenhum dos armazéns cumpria com o critério de área máxima de construção permitida pelo Plano de Ordenamento do PNPG que define os 200m², definição esta que impossibilitou a fixação de jovens agricultores nestas freguesias, acabando por emigrarem ou se dedicarem a outros serviços em outras áreas económicas fora do concelho.

Várias batalhas se têm travado com várias entidades que tudo tem feito para que se cumprir a lei de cada umas das suas tutelas, refiro-me ao ICNF; CCDR; DGOT; DRAPN e Câmara Municipal em cumprimento do PDM.

Mas o trabalho da DRAPN e do nosso município tem sido incansável a vários níveis, e no cumprimento da lei, porque qualquer PDM é lei e tem que ser cumprida, o município tudo tem feito para que o licenciamento dos estábulos agrícolas chegue ao seu fim. Tivemos conhecimento que há poucos dias numas das reuniões de representação em que a nossa presidente esteve presente, refiro-me ao ato de assinatura em Arcos de Valdevez da declaração conjunta para a Constituição do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) no contexto da “Raia Seca” e da Reserva Mundial da Biosfera Gerês-Xurês este assunto de conclusão dos processos de licenciamento dos armazéns agrícolas afetos à atividade agropecuária foi abordado, isto demonstra que o município está atento e está preocupado em zelar pelos interesses das pessoas que aqui vivem e aqui trabalham. Nesta abordagem feita pela Presidente da Câmara à diretora do ICNF da região Norte, foi-lhe dada a informação que brevemente estará concluído o Plano Especial do PNPG que se apresenta com menos restrições à implementação das explorações agrícolas, onde os limites de construção dos armazéns agrícolas deixarão de ser os 200 m².

Para concluir, quero agradecer todo o acompanhamento dado pelo município até então a este estrangulamento causado pelo Plano de Ordenamento do PNPG em vigor desde 2011, apelando aos representantes máximos do município e funcionários para que tudo façam para que dentro de todo o enquadramento legal que seja possível, os licenciamentos dos armazéns agrícolas se concluam, assim como sejam possíveis novas construções de infraestruturas na área do PNPG, para que as mesmas tragam desenvolvimento e rendimento económico a estas populações. Quaisquer pessoas só permanecem num qualquer território se o mesmo lhe proporcionar emprego, trabalho e rendimento. Havendo trabalho as pessoas fixam-se, permanecem e o desenvolvimento acontece. Tenho dito. Assinado, a deputada municipal Lúcia Jorge.”

O deputado Ricardo Branco entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmos. Senhora Presidente da Câmara e demais Vereadores;

e Senhores Deputados Municipais, os meus cumprimentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Começo a minha intervenção por desejar à Ex.ma. Senhora Presidente da Câmara votos de sucesso no seu mandato. Espero sinceramente que, tal como sempre foi (e é) a ideia que tenho de si, correta e educada, que tenha um mandato limpo, com bom investimento dos dinheiros públicos – em obras que sejam necessárias e não por caprichos; transparente – em que os munícipes saibam o que está a ser feito em prol do concelho; e acima de tudo que nas suas ações promova o crescimento e desenvolvimento, quer económico quer demográfico, do concelho de Montalegre - que bem precisa.

Neste sentido – e sendo esta minha intervenção breve – esperando que a Sra. Presidente, pelo que acima referi, cumpra – quero apenas fazer os seguintes reparos:

Há dois edifícios no centro da vila que, ofendem a paisagem urbana: O edifício em ruínas aqui mesmo em frente, no cerrado; e a casa em ruínas à entrada da rua direita, do lado esquerdo no sentido de quem desce para o pelourinho;

São edifícios que destoam. Um deles está em eminente ruína e o outro até serve de sanitário para os turistas em dias festa (como sextas 13). Pelo que a minha memória me permite, pelo menos há cerca de 25 anos para cá, não há qualquer utilização, projeto ou recuperação destes.

São edifícios completamente degradados, situados em locais emblemáticos da vila, que necessitam urgentemente de ser tratados, devendo ser promovida a recuperação desses mesmos edifícios. Se não for possível ao município instar os proprietários a recupera-los a fazer obra, a solução será a expropriação, com fundamento na preservação da qualidade urbana da vila, e eventual colocação no mercado. Há utilidade pública.

Nos centros históricos de inúmeras cidades e vilas do país, tem havido intervenções dos respetivos municípios. Era bom que Montalegre seguisse essa linha, de intervenção na preservação da qualidade urbana da sede de concelho.

Importa ainda referir: o monumento situado mesmo aqui em frente, ao edifício da Câmara Municipal, em homenagem ao emigrante, que se encontra degradado. Inaugurado pelo agora Sr. Presidente da Assembleia, sofreu danos numa das placas de granito, que nunca foram reparados. Houve uma requalificação da Praça em 2013, mas no monumento não mexeram.

Era importante que fosse reparado, pois é um ponto turístico que se encontra em estado deficiente;

A Pista de Obstáculos na Corujeira. Devido ao passar do tempo, e muito também por destruição alheia, a pista de obstáculos está muito degradada, com muitos elementos partidos.

Queria saber se, já que esta a ser construído um Miradouro na zona, se há alguma ideia/projeto de recuperação desse espaço circundante;

Importa, por último, assinalar que o Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Município provém do ano de 2012. Foi em maio de 2021 realizado um estudo para o Desenvolvimento de Sistema de Recolha de Bio resíduos (no Município de Montalegre). Assim, gostaria de saber o que foi feito para a divulgação e execução deste estudo.

Concluo, desejando a todos um Feliz Natal e um Ótimo Ano de 2023. Assinado, o deputado municipal Ricardo Branco”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Estamos hoje a pouco mais de 1 ano das últimas eleições autárquicas em que o povo de Barroso escolheu e concedeu a maioria absoluta ao Partido Socialista para governar a Câmara durante o mandato de 4 anos.

Estamos por isso na primeira fase do trabalho que nos propusemos realizar e que está espelhado no Plano e Orçamento que veremos a seguir, pela continuidade do muito que foi feito e no respeito pelo programa sancionado pelo eleitorado.

Mas é preciso dizer também que vivemos hoje a ansiedade de não vermos ultrapassadas as dificuldades geradas pela pandemia e a revolta de enfrentarmos uma guerra bárbara contra os direitos humanos e contra os valores europeus.

Não admira, pois, que a situação económica e social evidencie as consequências destas duas tragédias, com o drama pela frente de não haver um fim à vista para a brutalidade da guerra e dos sacrifícios que temos pela frente.

Isto é duro, mas é uma realidade, e todos sabemos que esse é o caminho dos próximos tempos.

A Europa tem demonstrado a sua determinação, mas a economia ressent-se, a nível global, a nível nacional e também a nível local.

As intervenções do Governo têm sido corajosas no apoio aos mais vulneráveis e, também a nível local, teremos de admitir que a situação económica não se perspectiva a mesma de há dois anos.

Terá, provavelmente, a Câmara, que repensar a sua ação a médio e longo prazo sem deixar de aproveitar os fundos comunitários, salvaguardando os apoios sociais e o investimento na economia local e no emprego como melhor forma de servir a nossa terra e a nossa gente.

Cabe essa tarefa, em primeiro lugar, à senhora presidente, a quem quero saudar pela sua força e determinação nesta nova fase de continuidade, mas também de adaptação, reorganização e mudança.

A Dr.^a Fátima Fernandes é a pessoa que melhor conhece a Câmara Municipal e com mais experiência na gestão autárquica. E reconhecemos-lhe, não só a reputação social, mas a competência para fazer um bom trabalho na missão que a maioria dos eleitores confiou ao PS.

Por isso, felicitamo-la ao assumir esta nova responsabilidade, manifestando todo o apoio, e desejamos-lhe o maior sucesso no cargo de presidente da Câmara, que assumirá também, como referiu na sua declaração de apresentação, como “a Presidente de Todos Os Barrosões!” Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

O deputado Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, caríssimo publico presente.

Nas últimas semanas o concelho de Montalegre apareceu nos meios de comunicação social nacionais e timidamente nos meios de comunicação locais financiados com o orçamento do município, pelos piores motivos, O presidente e vice-presidente foram detidos, indiciados pelos crimes de associação criminosa, prevaricação, recebimento indevido de vantagem, falsificação de documentos, abuso de poder e participação económica em negócio, entre outros. Portanto coisa pouca segundo algumas personalidades socialistas do concelho. Não viram, não souberam, nem leram mesmo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

depois de assistirem às reuniões de câmara e Assembleias municipais onde sempre foi demonstrado com documentos que as irregularidades existem e persistem há décadas, acusando a oposição de delatores. É caso para perguntar se estão atentos, se têm noção da responsabilidade que o povo lhes incumbiu? A oposição cumpre o seu papel e bem e ainda informou os restantes membros eleitos dos factos que o próprio ministério público achou válidos, ao ponto de aplicar as medidas de coação mais gravosas aos ex-autarcas do nosso concelho. A bancada socialista é cúmplice a partir do momento em que foram informados através das intervenções dos deputados da oposição e denúncias dos vereadores, mas continuaram coniventes e continuaram a votar favoravelmente os documentos previsionais e orçamentos do município sem nunca os questionarem. É bom saber que o Secretário-Geral do Partido Social Democrata Hugo Soares conseguiu cativar a atenção dos socialistas. O Hugo Soares fala exatamente naquilo que o PS Montalegre fez, foi buscar membros ao PSD Montalegre, um deles o próprio Hernâni que viram no PS a ascensão que o PSD não lhes daria.

Infelizmente, a única qualidade encontrada pelos próprios socialistas na recentemente empossada presidente da câmara foi ser do sexo feminino, esta condição só por si já justifica o cargo. Qual perfil de Liderança, ou capacidade de gestão? O facto de, sendo vereadora com o pelouro da Educação, nunca ter conseguido cumprir a lei e reunir com o conselho municipal de educação não revela incompetência e falta de capacidade de diálogo e concertação?

Uma vez que existe um novo vereador nesse pelouro é pertinente questionar se já conseguiu reunir com este órgão municipal ou se tem previsões para o efeito?

Montalegre continua em modo de piloto automático, com técnicos de gestão corrente para que o concelho não pare nos serviços mais básicos, sem qualquer planeamento para travar o despovoamento e atrair os jovens.

Gostaria de questionar a presidente da câmara, qual a previsão para a finalização das obras da escola primária de Salto? Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves."

O deputado Nuno Pereira pediu a palavra para dar os parabéns ao novo executivo, mas, entretanto, ficou admirado por ouvir tantas expressões que põem em causa a sua legitimidade. Pensa que deve haver o cuidado, por parte dos intervenientes, de não confundir a árvore com a floresta. Deve-se pedir a responsabilidade a quem comete o erro e não banalizar, generalizar e não atirar a porcaria para cima de toda a gente só porque lhes apetece, pois deve ser um princípio das pessoas de bem, independentemente do Partido, o da responsabilidade pessoal. Se falamos em responsabilidade pessoal, o que aconteceu ao Presidente e Vice-presidente demissionários, que saúdo, deseja que tudo corra pelo melhor e que tudo se esclareça. Aceitará que sejam penalizados por eventuais erros que tenham cometido, mas a verdade é que a responsabilidade pessoal é deles. Estarem a envolver todos os socialistas, por ação ou emissão, em todo o processo, não fica bem.

Falou sobre o tema da legitimidade e da legalidade. Começou por dizer que um dos argumentos é que o povo elege um cabeça de lista e já não é legítimo quando o cabeça de lista sai, que os que vem a seguir perdem a legitimidade para assumir o cargo de presidente. Neste argumento encontra-se logo um contra-argumento e a questão da legitimidade tem que ser posta de lado. O povo vota em listas, as listas são feitas de pessoas e as pessoas apresentam-se a sufrágio, é a lista que é eleita e é com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

essas pessoas que o povo sabe que pode contar, independentemente dos defeitos, dos méritos e deméritos de cada um. As regras da democracia são assim e devem ser cumpridas nessa perspectiva. Pensa que se deve deixar de fora, uma vez por todas a questão da legitimidade e o executivo tem todo o direito de exercer as suas funções e tem todo o direito de ter um mandato com todas as condições de legitimidade e legalidade.

Disse que se durante anos e anos, Montalegre foi visto como o concelho da Sexta 13, da Feira do Fumeiro, da boa batata e da boa carne e depois durante um mês desaparece essa imagem, afinal de contas uma dessas imagens é falsa. Ou é o caso de um acontecimento fortuito ou é a falsa imagem que tinham do passado. Montalegre não modificou. Tudo mantém a sua qualidade e a isso se deve dar destaque. Deve-se deixar que os que eventualmente prevaricaram paguem pelos seus erros individualmente e continuarmos a ser proactivos para continuar a levantar as bandeiras de qualidade de forma a que se continue a produzir riqueza e se continue a trazer gente a Montalegre.

Sobre a Maria que emigra disse que é um argumento já anteriormente apresentado e é falacioso. As pessoas não emigram porque querem. Emigram porque em Portugal se pagam baixos salários. As pessoas que apresentam os casos das Marias que emigram, são as mesmas pessoas que se atiram ao ar quando o salário mínimo é aumentado. Este tipo de hipocrisia tem que ser denunciada. Se queremos cá os nossos jovens, tem que se continuar a fazer o que se tem vindo a fazer: dar-lhes boa formação e depois tentar que a massa salarial seja aumentada de forma a atrair os jovens.

O deputado Alberto Fernandes apresentou a seguinte Moção de Apoio e Confiança à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Dra. Fátima Fernandes e ao novo Executivo: "Na sequência da renúncia apresentada por dois membros da Câmara a Dra. Fátima Fernandes, vereadora a tempo inteiro até então, assumiu, conforme a lei determina, o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Montalegre.

Trata-se de um processo de normalidade democrática e de cumprimento da Lei.

Portanto, a Dra. Fátima Fernandes é Presidente da Câmara por força da Lei e por decisão eleitoral dos Barrosões, tomada para o mandato autárquico de 2021 a 2025.

Assim, esta Assembleia Municipal, interpretando o sentimento da grande maioria dos eleitores, considera importante manter o normal funcionamento das instituições, felicita a Senhora Presidente pelas suas novas funções, manifesta total apoio ao novo executivo, assim como a solidariedade institucional que os Barrosões esperam de todos os órgãos autárquicos, no sentido de, em conjunto, encontrarmos as melhores soluções para os problemas da nossa terra."

O deputado João Carlos Rodrigues, sobre a Moção de apoio e solidariedade institucional para com a senhora Presidente da Câmara e o novo executivo municipal, apresentada pelo deputado desta Assembleia Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: "tem toda a oportunidade porque se trata de, num momento especial, reforçar a confiança institucional que esta Assembleia Municipal deve assumir com todos os órgãos autárquicos do concelho.

Aprovar esta moção significa tão só respeitar o nosso próprio mandato eleitoral conferido nas eleições de 2021.

É uma atitude de respeito institucional, mas também pessoal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Dr.^a Fátima Fernandes, como disse anteriormente, é a pessoa que melhor conhece a Câmara e com mais experiência na gestão autárquica.

É presidente da Câmara pela força da Lei e dos eleitores. E por isso, como nós, será avaliada na devida altura.

E também lhe reconhecemos, não só a reputação social, mas a competência para fazer um bom trabalho na missão que a maioria dos eleitores lhe confiou.

A Dr.^a Fátima Fernandes tem ainda o mérito de ter decidido como se esperava, com coragem e no interesse do concelho, e fez aquilo que cabe a um político responsável, ASSUMIU.

Por isso, como exposto na moção, e mais uma vez, felicitamo-la ao assumir esta nova responsabilidade e reiteramos o desejo de maiores sucessos no seu cargo de Presidente da Câmara, que, não temos dúvida, assumirá com grande respeito por esta Assembleia e pelo cargo maior de Presidente de todos os Barrosões!

Votar a favor desta moção é uma obrigação institucional e um compromisso com as regras da democracia.

E também, não tenho dúvidas, cumprir o sentimento do povo! Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues."

Deliberação: O voto de Pesar foi posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Deliberação: A Moção foi posta à votação a Moção de Apoio e Confiança foi aprovada por maioria, com nove votos contra dos deputados José João Moura, Manuel Carrelo, Sílvia Carneiro, Alívio de Freitas, António Cascais, Ricardo Branco, Sandra Gonçalves, Acácio Gonçalves e José Acácio Gonçalves e com três abstenções dos deputados Germano Batista, Rui Costa e Rui Rodrigues.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por agradecer a moção de apoio e confiança e disse que, aquando da campanha eleitoral, ela e a equipa que hoje a acompanha, vestiram a camisola do PS e fizeram campanha partidária. A partir do momento em que foram eleitos, representam todos os Barrosões sem exceção, de todas as ideologias políticas e até daqueles que não têm ideologia nenhuma. É nessa perspetiva que vai trabalhar, com todos e para todos. Agradeceu a confiança porque se apresenta perante este órgão, que é o mais importante deste concelho, de cara lavada, cabeça erguida e com legitimidade para governar.

Relativamente ao voto de pesar, agradeceu a amizade e companheirismo, o ensinamento e a força que o Sr. Tuto sempre lhe deu e louvou a sua atitude de vida. Um verdadeiro democrata e um humanista.

Admira-se quando se fala em corrupção, ilegalidade e medo e se faz as explanações que se faz sobre cada um destes conceitos, falando do que se desconhece, acrescentou que irá estudar cada tema e processo com empenho redobrado que a experiência como professora também lhe deu.

Quanto ao facto de a acusarem de ela saber de tudo ou de nada, disse que primeiramente confia nas informações técnicas dos técnicos da Câmara, porque não tem a arrogância de presumir que sabe mais do que eles. Assumiu que sabia das matérias e assuntos que eram da sua competência. As outras foram à reunião de Câmara e teve conhecimento delas como todos os outros vereadores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que foi eleita pelo PS e o PS é republicano, não está habituado a ter séquitos, como alguém referiu. Isso não existe na filosofia e ideologia do PS.

Quanto ao Conselho Municipal de Educação, disse que só no último mandato é que não funcionou porque este é constituído por diferentes representantes da sociedade incluindo os representantes dos professores dos vários níveis de ensino. Acontece que nunca foram indicados esses representantes. O que importa salientar é que a Câmara independentemente de haver Conselho Municipal de Educação ou não, não fugiu das suas responsabilidades e continuou a dar ao Agrupamento tudo aquilo que era necessário para o sucesso dos alunos.

Falar do insucesso dos alunos do Agrupamento, culpando a Câmara por esse facto. Mas pensa que é inadmissível que digam isto porque só estão a por em causa o trabalho de professores dedicados, a denegrir a imagem dos funcionários que estão muitas vezes a aturar a má educação que vem de casa. Para se falar de rankings tem que se saber quais os contextos externos que vivem as escolas e o trabalho dos professores nunca pode ser posto em causa porque é notório e público.

Informou a Maria e a sua família de que vão continuar a ter apoio, desde que os seus filhos nascem, que vão continuar a ter refeições e transportes gratuitos em todos os níveis de ensino, material escolar e fichas de atividades que custam tanto como os manuais. Quando forem para a universidade, vão ter bolsas de estudo. E todas as dificuldades sejam elas habitacionais, alimentares ou outras serão equacionadas e atendidas. Resta com isto dizer que a Maria e a sua família vão continuar a ter o apoio incondicional da Câmara socialista.

Falar sobre eleições antecipadas é falar de irresponsabilidade pura. Quem pede eleições não sabe que há um Quadro Comunitário de Apoio que está a terminar e outro para começar que está a ser discutido a nível da CIM e que o orçamento tem que ser aprovado e que contempla o fecho de vários projetos que estão em andamento. A Câmara a funcionar em duodécimos numa altura destas, não seria solução e seria duma irresponsabilidade muito grande. Mas, o mais importante, é o respeito pelo voto dos Barrosões. As pessoas quando votam numa lista sabem que o cabeça de lista será o Presidente, mas pode acontecer alguma coisa que o impeça e passa para o membro seguinte e assim sucessivamente. Os Barrosões votaram num projeto de desenvolvimento que pôs Montalegre no mapa, que os barrosões têm reconhecido e, ao longo dos 32 anos, validado, sempre num crescendo.

Agradeceu as palavras de deputado Acácio Gonçalves, assim como a dos restantes membros da Assembleia pois acredita que toda a gente está na Assembleia para trabalhar com elevação e respeito. Todas as questões colocadas pelo deputado Acácio Gonçalves ser-lhe-ão respondidas por escrito. Quanto ao SIPAM, disse que vai ser concluído antes de junho e o protocolo com a CERCIMONT, quando for assinado, será trazido aos devidos órgãos para conhecimento.

Disse que os Presidentes da Câmara, os candidatos às Juntas de Freguesia e à Assembleia Municipal, todos contribuíram para que Montalegre seja o que é hoje, com eletricidade e água em todas as aldeias, jardins de infância, escolas com condições, que atenderam aos agricultores e produtores pecuários e a todas as famílias carenciadas.

Quando se diz que Montalegre é um concelho rural não se está a dar novidade nenhuma e por isso a Câmara tem no seu orçamento meio milhão de euros de apoio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

aos produtores agrícolas e pecuários. para além de todos os eventos e dinâmicas que desenvolve para que esse mundo rural continue e floresça.

Referir o fecho das escolas que já aconteceu quase no século passado não faz sentido, mas toda a gente percebeu que teve a ver com a socialização das crianças pois é fundamental para a sua educação e formação.

Congratula-se que muitos jornalistas tenham contribuído para o sucesso de Montalegre, mas infelizmente também os há que vivem do escândalo para sobreviver e o código ético e ontológico é esquecido.

Disse que este executivo tem valores e o coração certos para o exercício das suas funções, porque política sem afetos não é política.

Salientou que é mulher com muito gosto não é fundamentalista feminista, no entanto reconhece que se não fosse a lei da paridade e o esforço de muitas mulheres, muitas deputadas não teriam assento nesta reunião.

Sobre a crise socialista apontada pelo deputado António Cascais, disse que até agora não sentiu crise nenhuma. Tudo está a trabalhar dentro da normalidade e o Partido Socialista está mais unido do que nunca.

Assumi que a tarefa é dura e exigente, mas de fracós não reza a história e até 2025 só lhe resta trabalhar com seriedade e transparência, como sempre.

Esteve 17 anos como Vereadora a tempo inteiro, com muito trabalho e aprendizagem. O exercício de cargos políticos não tem que ser todo de visibilidade. Preocupou-se em fazer o seu trabalho exemplarmente e cada um com as suas áreas, por isso há atribuição de pelouros. Sobre o facto de ela saber ou não dos assuntos que originaram a detenção dos dois autarcas, disse que não tem espírito de polícia, advogada de acusação ou juiz. Respeita totalmente estas figuras da autoridade e estará sempre disponível para quaisquer esclarecimentos. Nunca foi inquirida e a sua maneira de estar na vida é estar de cara lavada, de consciência tranquila, e enquanto democrata, deseja que a justiça faça o seu trabalho. Todos se devem sentir felizes pelo facto da justiça ser atuante, mas não admite julgamentos na praça pública que só tiveram lugar na Idade Média.

Sobre a legalização dentro do PNPG, disse que ainda há dias houve uma reunião com as entidades que estão a supervisionar e a elaborar o PDM e estão salvaguardadas estas situações. As políticas devem fazer com que as pessoas sintam orgulho de viver no PNPG e não o contrário por causa dos seus constrangimentos. Os parques têm que estar ao serviço das pessoas e há zonas naturais invioláveis, mas há outras que são uso das pessoas.

Sobre os edifícios que estão em ruínas no centro de Montalegre, disse que pertencem a privados, mas a Câmara está atenta e há soluções para eles.

O mural do emigrante e a pista de obstáculos na Corujeira vão ser requalificados.

Sobre a intervenção do deputado João Carlos Rodrigues, referiu que é certo que esta guerra ainda não acabou, há um clima de incerteza, as taxas de juro são galopantes e temos que deixar verba no orçamento municipal para acudir a quem mais precisa.

Sobre o alegado apoio à Comunicação Social local, disse que deveria existir e como um apoio social pois fazem um trabalho de informação de excelência e fazem companhia a muitos barrosões. Há muitos idosos no concelho de Montalegre que a única companhia que tem é a rádio Montalegre. Quando houver a possibilidade legal de enquadrar a rádio como entidade que desenvolve um trabalho de cariz social e público, esta câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

será a primeira a aprovar apoio para funcionamento, bem como para outras entidades que prestam o mesmo serviço público.

O deputado Hernâni Carvalho pediu a palavra para dizer que não se trata de ofensa à honra, mas sim de uma inverdade. A deputada Sandra Gonçalves terá dito que ele fez parte de uma lista do PSD e isso é mentira. Desafiou-a a trazer prova do que disse ou então a pedir desculpas.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1. Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal.

O Senhor Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega entregou o seguinte documento à Mesa: “A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT) visa, fundamentalmente, garantir a articulação dos Municípios na materialização de estratégias que envolvam as instituições do nosso espaço territorial, numa verdadeira dimensão supramunicipal, numa lógica de curto, médio e longo prazos, aproveitando as sinergias existentes, otimizando recursos e procurando atrair investimento.

A atividade da CIMAT é norteada, nos seus propósitos, pela necessidade de apoiar, estimular e assegurar crescimento e criação de emprego, promovendo o desenvolvimento económico, social e ambiental do território, fomentando a produtividade e a coesão social.

A estrutura Organizacional da CIMAT mantêm-se, após as novas competências assumidas nos últimos anos, estando assim centrada em 4 unidades organizacionais:

- Unidade de Gestão e Controlo de Projetos Financiados por Fundos Comunitários;
- Unidade Jurídica, Administrativa e Financeira;
- Unidade de Planeamento, Território, Ambiente, Transportes, Floresta e Recursos Naturais;
- Unidade de Dinamização económica e Empreendedorismo, Educação, Saúde e Turismo.

A atividade relacionada com o suporte aos Sistemas e Tecnologias de Informação continuam externalizadas.

Dentro daquilo que são as competências de cada unidade, no ano de 2022 foram desenvolvidas múltiplas atividades, das quais destacamos: unidade de Planeamento, Território, Ambiente, Transportes, Floresta e Recursos Naturais. Unidade que gere e supervisiona todos os projetos e atividades das áreas do Planeamento, Ordenamento do Território, Transportes, Florestas e Recursos Naturais da Região. Assegura também a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central nas referidas áreas.

Florestas:

- As 2 Brigadas Florestais constituídas por 28 sapadores + 2 técnicos florestais, 6 viaturas e 1 trator, que vai em 2023 vai passar a 2, podendo assim aumentar ainda mais a sua produção, produziram este ano em média 1,34HA/dia/Brigada, quase



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

duplicando os valores de 2021. O financiamento das mesmas continua a ser efetuado pelo Fundo Florestal Permanente em cerca de 50%.

- Neste âmbito foram concluídos os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios para os 6 Municípios.
- No âmbito da operação Proteção Contra Risco de Incêndios (Norte – 14 – 2019 – 26) construímos 6 pontos de água para servir de suporte aos incêndios.
- Participamos ainda ativamente na construção do PRA da Região Norte, instrumento estruturante da nova política de combate aos fogos rurais.

Transportes:

- Nesta área concretizamos o processo de adjudicação para o serviço de transportes da região para os próximos 7 anos à empresa FlaviaMobil, Lda. pelo montante de 5.914.093,01€, contrato que se encontra em fase de validação pelo tribunal de contas;
- Candidatamo-nos com sucesso à utilização do PART no montante de 292.103,00€ e do PROTRANSP no montante de 247.409,00€. Estas verbas foram utilizadas para financiar as linhas deficitárias da Região e manter a rede nos períodos de férias escolares.
- Concluímos a operação PAMUS (Norte - 03 - 1406 - FEDER - 000091), cujo objetivo desta operação foi o de promover estudos de mobilidade na região de forma sustentável.

Ambiente:

- Na área do ambiente aprovamos a candidatura ao Fundo Ambiental para a gestão dos Bio resíduos no valor de 367.457,14€, verbas destinadas aos seis municípios da região.

Unidade de Dinamização Económica e Empreendedorismo, Educação, Saúde e Turismo
Capacitação/Educação:

- Demos andamento à candidatura de Modernização e Capacitação da Administração Local (Norte - 62 - 2018 - 34) com a realização de 2 pós-graduações com duas edições e 12 cursos de formação e formação/ação para os técnicos dos Municípios.
- Fizemos avançar o projeto AquaValor – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água, Associação, que conta até à data com 6.5M€ angariados para o território, tendo conseguido aprovar uma candidatura ao programa Interface do PRR que financia os RH da mesma até 2026.
- O AquaValor recebeu ainda o título de Laboratório Colaborativo em março de 2022.
- No seio do AquaValor, surgiu a Escola de Hotelaria e Bem-Estar do Instituto Politécnico de Bragança – Campus da Água, com a Licenciatura em Fisioterapia a preencher todas as vagas;
- Foram dados passos decisivos nos projetos AgroValor e Valor Barroso, tendo sido ainda desenvolvidas fortes iniciativas para a constituição do Bio Polo do Alto Tâmega e Barroso em Vidago com uma candidatura ao PRR no valor de 1M€.
- Realizamos a IV Edição do Concurso de Ideias – “Empreender no Alto Tâmega” que decorre com 6 projetos ativos e concretizamos mais uma iniciativa do IV AQUA FÓRUM do Alto Tâmega e Barroso, como principal fórum de ciência e conhecimento da região.

Turismo:

- O Posto de Turismo do Alto Tâmega e Barroso, projeto concluído em setembro de 2020 conta este ano com mais de 15000 visitantes. O objetivo de todas as iniciativas neste setor são a de aumentar a taxa de permanência dos Turistas na região de 1,7



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

para 2,2 noites, numa atividade que em 2021 representou cerca de 50M€ de faturação para a região.

- Participamos mais uma vez nas feiras BTL, XANTAR e INTUR realizando a promoção integrada de toda a região.
- Continuamos ainda a desenvolver conteúdos, incluindo vídeos, fotos e textos, instalando também 26 outdoors nas principais vias de comunicação.
- Estamos a desenvolver os novos guiões para os 7 subprodutos turísticos com o Alto Tâmega e Barroso e a atualizar as plataformas no âmbito da candidatura Turismo 4.0. Cultura: Implementamos candidaturas competitivas no setor da cultura, envolvendo o ArtFest (NORTE-04-2114-FEDER-000455) e a CULTUR AT (NORTE-04-2114-FEDER-000614), no valor global de 360.571€. Foi possível realizar 72 espetáculos envolvendo apenas entidades do território, 20 bandas e grupos musicais, 18 ranchos folclóricos, 4 grupos de teatro, 5 escolas de dança.

Unidade de Gestão dos Fundos Europeus: O PDCT aprovado para o período de 2017 a 2022 foi inicialmente de 47.164.418,00€, em que: - 9.632.538,42€ se destinaram ao financiamento de projetos de investimento privado; - 37.531.879,64€ ao financiamento de projetos públicos (municípios e IPSS).

No âmbito dos Exercícios de Otimização à Escala Intermunicipal ("Soma Nula"), foram permitidos movimentos financeiros entre operações de diferentes tipologias, do qual resultou uma diminuição da dotação do PDCT para 43.779.275,00€, saindo reforçados os PEDUs, PARUs e PROVEREs.

Neste âmbito sabemos à data de hoje que foram contratualizados no âmbito do Portugal 2020, 202.361.926,31€ para toda a região, dos quais cerca de 70.000.000€ por privados, encontrandonos na fase decisiva de negociação do Portugal2030.

Realizamos a IV Gala do Empreendedorismo e das Empresas do Alto Tâmega e Barroso para premiar 138 empresas que se destacaram no ano anterior por captar fundos ou por visibilidade.

Aprovamos ainda a candidatura ao PRR para a concretização de um Espaço de Cowork_- (03-C19-i07.05-2021) para remodelar o 1º piso do nosso edifício, no valor de 113.000€.

Participamos ainda na candidatura à criação de uma nova AECT Gerês/Xures que teve data de assinatura em 14/12/2022 e que poderá constituir-se como um novo organismo capaz de captar verbas na dimensão da cooperação transfronteiriça para o parque da Biosfera do Gerês. Assinado, o Secretário Executivo Ramiro Gonçalves."

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Moura e Hernâni Carvalho.

O deputado José João Moura disse que faz parte da Comunidade Intermunicipal e já teve o privilégio de ouvir este relatório e estes esclarecimentos. Em nome do grupo Parlamentar do PPD/PSD, deu os parabéns pelo excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, mas deixou alguma preocupação no que diz respeito aos transportes e acessibilidades. Como foi explicado, já foram iniciados dois concursos internacionais e o consórcio espanhol a qualquer momento pode rasgar o acordo e deixar de fazer esse serviço, ou seja, o transporte regular nas aldeias com menos de 40 habitantes. Sendo assim, deve ser pensado num plano C, com viagens partilhadas, viagens individuais ou disponibilizar verbas para as Juntas de Freguesia de forma a que sejam assegurados os transportes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que Montalegre é o único concelho da CIM que não tem um acesso condigno à A24 e gostava que o Senhor Secretário Geral desse uma explicação sobre esse assunto e em que ponto é que a CIM poderá intervir nesta questão.

Relativamente à AECT referiu que é um passo que já devia ter sido dado e como estamos na raia os fundos comunitários transfronteiriços devem ser aproveitados. Este agrupamento é um preparar para outras ambições como é o caso da saúde transfronteiriça, dos recursos hídricos como a pesca, dos quatro domínios estratégicos do ambiente, transição energética e desenvolvimento de infraestruturas digitais. Pensa que se deve apostar em outros segmentos e lançou o desafio entre Montalegre, Vilar de Perdizes e Xinzo de Limia de forma a criar um triângulo que possa ser aproveitado turisticamente através do oculto, do misticismo e do fantástico. Em termos culturais poder-se-ia aproveitar este fator. Montalegre com a Sexta 13, Vilar de Perdizes com o Congresso de Medicina Popular e Halloween e em Xinzo de Limia com a Festa do Esquecimento e com o Carnaval. As pessoas podem divagar no amago do misticismo. Podia ser criada uma plataforma turística e cultural de maneira a melhorar o rácio de 1, 7 noites que as pessoas pernoitam nos concelhos da CIM-ATB.

Perguntou se haverá viabilidade, em termos educacionais, de dar aulas de português na Galiza e aulas de Galego aos concelhos que pertencem à CIM.

O deputado Hernâni Carvalho disse que, por vezes, também concorda com o deputado José João Moura, desde já pelo elogio que deu ao Secretário Geral da CIM-ATB, mas também pela ligação, não à EN103, mas sim à rede nacional de autoestradas que é defendida pelo PS há muito tempo.

Admitiu que o Governo do PS falhou na estratégia de combate aos incêndios e que algum dia alguém vai ter que explicar o que se passou, principalmente no território do Alto Tâmega, pois foi aqui que se desenvolveu um projeto piloto no âmbito do que é a agência integrada dos fogos rurais e os resultados, infelizmente, são os apresentados. Não se pode fazer como a avestruz e enterrar a cabeça na areia, até porque o problema da floresta só se irá resolver quando se lhe der o devido valor. A floresta de Vila Pouca de Aguiar ardeu e é uma das mais valiosas da região. Algo vai mal neste domínio, algo está por fazer e isso deve juntar e reestruturar a floresta como um desígnio nacional e da CIM. Concordou que se precisa de uma estratégia supramunicipal, mas esta nova reorganização da proteção civil, que irá trazer mais competências para a CIM, não assenta em qualquer critério com base no risco instalado na região, com base no histórico das ocorrências, com base numa resposta sustentada. A partir do dia 1 de janeiro, a Autoridade de Emergência e Proteção Civil deixará de ter a sua organização distrital e abandona a figura do distrito para passar para a configuração das CIM's. uma lei que está pronta desde 2019, mas um processo desastroso, e a pandemia não pode ser desculpa para tudo, da operacionalização deste processo. A partir do dia 1 de janeiro passa-se para um vazio legal, a Comissão Distrital de Proteção Civil ninguém sabe como fica, tal como os Planos Municipais de Proteção Civil onde não há planos supramunicipais no âmbito das CIM's e estão todos os agentes de proteção civil e o país num hiato de tempo e de incertezas que deve preocupar toda a gente.

Sabe que o Secretário da CIM terá tido uma reunião com a Autoridade de Proteção Civil e espera que possa dar alguns esclarecimentos sobre isto porque a ele ninguém lhe sabe responder.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, sobre a questão dos transportes, disse que há um contrato assinado por sete anos e tem cláusulas indemnizatórias no caso de não ser cumprido por ambas as partes. Nas reuniões que se foram fazendo não se verificaram dificuldades por parte do operador, mas é verdade que a lei diz que todas as localidades com mais de 40 habitantes tem que ter transporte público regular. Com o decorrer do tempo e com a perda acentuada de população as redes têm que ser otimizadas. Ninguém está interessado em que circulem autocarros vazios. O que terá de acontecer no futuro é a otimização da rede com outro tipo de transportes, com viaturas mais pequenas, moderando a rede, aumentando as frequências quando são necessárias e diminuindo quando são desnecessárias, mas sempre com o desígnio de garantir às populações que elas conseguem ter acesso às questões da mobilidade quando necessitam. Já houve alturas em que a rede teve quer otimizada, em algum período de tempo, e chegam sempre à conclusão que há sempre descontentamentos. Tem que haver quem tome decisões tendo sempre em conta a razoabilidade.

Relativamente às acessibilidades, disse que em todas as reuniões da CIM se fala sobre a relevância do eixo Montalegre/Valpaços com a ligação à A24 no meio. É absolutamente indispensável que isso aconteça. Foi inscrito em todo o lado, mas até agora nunca houve abertura. Espera que no próximo Quadro Comunitário haja essa possibilidade, tendo em conta que se está a falar de uma linha transfronteiriça. Não é aceitável que numa região seja mais fácil para Montalegre ir a Braga do que a Vila Real ou a Chaves. Há questões de coesão interna que são feias devido às acessibilidades.

A nível da CIM foi proposto um investimento estruturante para o país que era a conexão da linha de alta velocidade pelo Vale do Tâmega a Guimarães. Parece fácil de fazer e que tinha muita lógica, porque se há uma linha de alta velocidade a passar tão perto da região, é muito difícil perceber porque não se faz a conexão com o norte de Portugal. É um investimento muito grande, mas que mudaria todo o território para sempre. Os grandes centros continuam a ser beneficiados em detrimento do interior.

Em relação ao misticismo, disse que todos os eventos realizados por Montalegre são uma âncora do turismo da região. O posto de turismo da CIM já tem semanas temáticas com os diferentes eventos realizados em Montalegre. Montalegre só é ultrapassado por Chaves por causa do Turismo Termal que exige vários dias de estadia.

2.2 – Apreciação e votação da ata n.º 4 da sessão ordinária do dia 30 de setembro, do ano 2022.

A ata da sessão ordinária do dia 30 de setembro de 2022 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Deliberação: Aprovada por maioria, com a não participação do deputado Nuno Pereira por não ter estado presente na reunião a que a ata se reporta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.3. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ausentou-se, tendo sido substituído, na função de Presidente da Mesa, pelo 1.º Secretário da Mesa, António Manuel Carvalho, o qual propôs a deputada, Fátima Crespo, para, no restante período da presente sessão, exercer as funções de 2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, proposta que foi aceite pela Assembleia Municipal.

2.4. Documentos Previsionais para o ano económico de 2023 – Grandes Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita – Mapa de Pessoal para 2023 – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara entregou o seguinte documento à Mesa: Exm.os Senhores, Presidente da Assembleia Municipal, Digníssima Mesa, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta.

Como determina a Lei, vem o Executivo Municipal dar nota da Situação Financeira do Município, bem como do Relatório de Atividades desenvolvidas no período entre Assembleias.

O total da receita até ao momento arrecadada soma a importância de 22.257.487,83€ sendo que 16.960.052,95€ é receita corrente correspondendo o diferencial 2.615.798,23€ a receita de capital.

A estes valores há que acrescentar o saldo transitado do ano anterior e que perfaz a importância de 2.681.636,65€. A taxa de execução de 83,5% ultrapassa o mínimo legalmente estabelecido prevendo-se que aumente com a receita correspondente ao mês em curso e que evidencia muito claramente a capacidade em planear e criterioso rigor de gestão.

Como atrás se disse, a receita corrente atinge a cifra de 16.960.052,95€ a que corresponde a taxa de execução de 94,5%.

As Transferências Correntes, onde se acomodam as verbas provenientes do FEF, do Fundo Social Municipal, da participação no IRS, no Fundo Ambiental e projetos financiados pelo Norte 2020, atingem o valor de 11.487.767,70€ e constituem a verba mais significativa da receita.

Segue-se, por ordem decrescente de valor, a receita proveniente dos Rendimentos de Propriedade, 2.169.660,21€, onde se acomodam os dividendos e o encaixe financeiro resultante da participação em sociedades do setor empresarial local, as Rendas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

concessão da EDP, Centros de Produção Eólica e Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvia.

De Impostos Diretos foi arrecadado 1.523.597,99€ e a Venda de Bens e Serviços, onde se inscrevem as receitas provenientes da água, resíduos e tarifas de disponibilidade às mesmas associadas, apresenta o valor global de 1.135.048,00€.

Analisando o comportamento da receita, pode-se concluir que houve rigor na previsão e decorrente execução o que denota capacidade criteriosa de cumprimento das regras.

A receita de capital atinge o valor global de 2.615.798,23€ a que corresponde a taxa de execução de 43% e, como costume, tem nas Transferências de Capital o seu maior contributo ou expressão, sendo que esta taxa de execução vai sofrer alteração com a revisão que se encontra para aprovação.

A despesa soma a importância de 17.719.546,36€ sendo que 14.035.516,29€ corresponde a despesa corrente, enquanto os demais 3.684.030,07€ são despesa de Capital.

A despesa corrente atinge, como atrás se disse, o valor global de 14.035.516,29€ e, como sempre, incorpora os gastos com pessoal, cujos vencimentos e prestações sociais atingem neste momento a importância de 4.983.539,48€. A rubrica Aquisição de Bens e Serviços, onde se acomodam as despesas com combustíveis, recolha e tratamento de resíduos, limpeza urbana, transportes escolares, recolha de efluentes, iluminação pública e de edifícios apresenta o valor de 6.245.316,85€.

As Transferências relacionadas com os apoios direcionados à Ação Social, Atividade Desportiva, Cultura e Juntas de Freguesia atinge o montante de 2.588.579,28€.

A despesa de Capital atinge o montante global de 3.684.030,07€ e tem na designada rubrica Aquisição de Bens de Capital, onde se acomodam os investimentos propriamente ditos, a sua maior expressão.

As transferências de Capital, associadas aos subsídios às Juntas de Freguesias e Instituições de Solidariedade Social, atingem o valor global de 525.000,00€.

A dívida a médio e longo prazo está nos 2.256.331,45€ e em amortizações foram dispendidos 309.217,72€.

Em resumo, e considerando o fim de ano, pode-se concluir que o Município de Montalegre tem boas contas e boas práticas.

Com objetividade no planeamento e o rigor na gestão foi possível obter os bons resultados que nos orgulhamos de apresentar;

Há a registar que, neste momento, o valor de 5.265,885,86€ se encontra em depósitos à ordem, sendo que 727.944,39€ são operações de tesouraria.

Segue-se os trabalhos levados a cabo pelas várias brigadas da Câmara:

ESTRADAS E ARRUAMENTOS

- Limpeza geral de arruamentos, valetas e sumidouros na rede viária geral;
- Colocação e manutenção de sinalética na rede viária geral;
- Reparação de arruamentos e passeios em cubo/calçada;
- Reparações de estradas e arruamentos com betuminoso a frio;
- Limpeza e desobstrução de aquedutos;
- Limpeza de bermas na rede viária geral;
- Limpeza de arruamentos em Montalegre;
- Limpeza de envolvente de depósitos de água e captações;
- Apoio à Cruz Vermelha no transporte de alimentos;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- Apoio a Equipa de Saúde nos cuidados domiciliários;
- Apoio à Associação de Produtores de Fumeiro;
- Limpeza de bermas e valetas;
- Limpeza e corte de árvores na rede viária geral;
- Limpeza e manutenção do Parque do Cávado;
- Execução de reparações de arruamentos com betuminoso quente;
- Execução de acessos em betuminoso quente em Pisões, Parafita;
- Transporte de tout-venant para caminho entre Paradela-Lamas;

ÁGUAS E SANEAMENTO

- Manutenção de águas e saneamento em Escolas e Jardins Municipais;
- Limpeza do sistema de bombagem de saneamento;
- Reparação de avarias nos WC´s públicos;
- Limpeza de rede de saneamento e fossas em várias localidades;
- Colocação de cloro em depósitos de abastecimento de água;
- Limpeza de depósitos e captações em várias localidades;
- Execução de ramais domiciliários de água e saneamento em várias localidades;
- Reparação de avarias diversas em várias localidades;
- Substituição e colocação de contadores em várias localidades;
- Mudança de contadores do interior para o exterior em várias localidades;

CONSTRUÇÃO CIVIL

- Reparação de caixas de visita em várias localidades;
- Execução e reparação de bocas-de-incêndio em várias localidades;
- Reparação de lancis em diversos arruamentos;
- Montagem de tenda em Salto;
- Limpeza de telhados de edifícios municipais e escolas;
- Limpeza de muros e bancos em Montalegre;
- Manutenção de escolas;
- Execução de aqueduto na estrada Negrões-Lamachã;
- Mudança de torre de filmagem da pista para o estádio Dr. Diogo Vaz Pereira;

MÁQUINAS

Rectro

- Apoio à brigada de águas e brigada de estradas;
- Apoio à brigada de estradas em reparação de valas;

Giratória

- Execução de alargamento da estrada S. Bento Sexta Freita;
- Colocação de aqueduto na estrada de Negrões-Lamachã;
- Limpeza de represa de água em Covelães;

BRIGADA de FERRAL

Estradas/Cantoneiros:

- Colocação e manutenção de sinalética na rede viária geral;
- Tapar valas e buracos em betuminoso na rede viária geral;
- Reparação de arruamentos e passeios em cubo/calçada;
- Limpeza e desobstrução de aquedutos;
- Limpeza de monos aldeias de Cabril, Bairro EDP Vila Nova, Covelo, Ferral;

Águas e Saneamento:

- Reparação de águas em diversas localidades, freguesia de Covelo, Ferral e Cabril;
- Limpeza de saneamentos e fossas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- Limpeza de depósitos e captações de água;

BRIGADA de SALTO

Estradas/Cantoneiros:

- Reparações de estradas e arruamentos com betuminoso a frio;
- Limpeza de valetas e bermas na rede viária geral;
- Limpeza geral da Vila de Salto;
- Limpeza e manutenção do parque do Torrão da Veiga;
- Manutenção das escolas;
- Manutenção de diversos caminhos na Freguesia de Salto;
- Apoio na realização de festas concelhias;

Águas e Saneamento:

- Reparação de águas em diversas localidades, freguesia de Salto e Venda Nova;
- Limpeza de captações e depósitos;
- Manutenção das escolas de Salto e Baixo Barroso;
- Limpeza e manutenção de ETAR em Salto;
- Colocação de contadores e vistorias em diversas localidades, freguesia de Salto e Venda Nova;

- Limpezas de saneamentos nas diversas localidades, freguesia de Salto e Venda Nova;
Iniciativas Culturais e de Promoção do Território e dos Produtos Locais

Segue-se a listagem de atividades levadas a cabo pela Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva, destacando-se a realização do Halloween em Vilar de Perdizes, em cooperação com a União das Freguesias de Vilar e Meixide e com a Associação de Defesa do Património e que se traduziu num enorme sucesso.

UBA / Unidade de Biblioteca e Arquivo – Biblioteca Municipal

Plano Nacional de Leitura - PNL (9ª edição) – Juntos de Férias - Natal/Implementação Comunidade de Leitores - Rede de Casas do Conhecimento – Universidade do Minho
Outras leituras - Cinema na Biblioteca (mensal)

Exposições:

- Agustina Bessa- Luís: (RE)Visitar a Obra;
- Comemorações do Centenário de José saramago: Voltar aos passos que foram dados;
- 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) /17 sugestões de Leitura;
- XXII Exposição de Presépios;

Apresentação de livros:

- “Custa a verdade abdicar dos bifos” de J.B.César – Prémio Literário Bento da Cruz
- “ Monografia Histórica de S. Pedro de Covelo do Gerês” de Manuel Afonso Machado e José Miranda Alves

RBCM - Comemorações do Mês Internacional da Biblioteca Escolar (MIBE/RBE)

RIBAT – Presença no II Encontro de Redes Intermunicipais de Bibliotecas Públicas

Biblioteca Intinerante- Centro Móvel Digital que implementa o Programa Eusoudigital em parceria com as Juntas de Freguesia;

OUTRAS - Webinar Literacia Digital promotora de sustentabilidade ODS1 Erradicar a Pobreza

5º ENCONTRO Rede de Bibliotecas Associadas à Comissão Nacional da UNESCO

Férias na Biblioteca – Viver o Natal com espírito maker.

AUDITÓRIO

ArtFest:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- Teatro Experimental Flaviense – Escolhas do Passado;
- Escola de Dança – CHRISTINE VEEN;
- Animódia – Teatro – O Natal do Lazarinho;
- Academia de Música e ballet Mozart – Espetáculo de Natal.

GIMNODESPORTIVO

- Treinos/jogos dos diferentes Clubes apoiados pela Câmara Municipal
- AFVR na EB1 - atividade promovida pela Associação de Futebol de Vila Real em parceria com o Município de Montalegre e o Agrupamento de Escolas de Montalegre. A atividade foi desenvolvida com alunos da EB 1 de Salto.
- Calendário do Advento - do dia 1 até ao dia 25 na sala ginásio, de forma a estimular ainda mais a prática da atividade física, em que cada apresenta um desafio.
- Dia 19 Caminhada e Corrida de Natal para toda a população.

UTC / UNIDADE DE TURISMO E CULTURA (ECOMUSEU)

EXPOSIÇÕES:

- "Serrinhas e Serrachins", Ecomuseu de Barroso - Casa do Capitão (Salto)
- Exposição de fotografia "Trabalhos do campo", de Mercedes Vásquez Saavedra, Casa do Capitão (Salto)
- Exposição de pintura " A Preto e Branco" de António Alijó, Ecomuseu de Barroso - Espaço Padre Fontes

CAMINHADAS:

- IV Caminhos do Galaico - Boticas Trail;
- III Encontro dos polos do Ecomuseu em Boticas;
- Outubro Rosa - Caminhada solidária, Ecomuseu de Barroso - Centro Interpretativo das Minas da Borralha;
- Caminhada dos Cogumelos e Magusto (apoio e divulgação);
- XXI Edição do Trilho do Medronheiro, Ecomuseu de Barroso-Vezeira e a Serra (Fafião).

OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS

- VI Transcávado BTT-GPS;
- Celebração do Dia Nacional dos Castelos com pequenas rúbricas informativas sobre o Castelo de Montalegre no website oficial do Ecomuseu de Barroso;
- II Encontro Micologia da Borralha, Ecomuseu de Barroso - Centro Interpretativo das Minas da Borralha;
- Aldeia Assombrada de Vilar de Perdizes, promovido no Posto de Turismo do Alto Tâmega e Barroso;
- Promoção do território no Xantar, em Ourense;
- Magusto Celta, em Pitões das Júnias;
- Magusto Comunitário, Ecomuseu de Barroso - Casa do Capitão;
- Celebração do Dia da Floresta Autóctone, realizada em parceria e colaboração com o Ecomuseu, ICNF e Centro Escolar de Montalegre;
- Participação no I Encontro Nacional para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial, em Lisboa. Apresentação da comunicação «os 36 anos do Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes” e o contributo inestimável do Padre António Lourenço Fontes para a salvaguarda do património cultural imaterial português»;
- Concurso "Natal Alegre", iniciativa promovida pelo Município de Montalegre e Ecomuseu de Barroso;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- Calendário do Advento: ação promovida na conta oficial do Ecomuseu de Barroso na rede social do Facebook);
- Celebração do Dia de Santa Bárbara, padroeira dos mineiros, no Centro Interpretativo das Minas da Borralha;
- Aldeia do Pai Natal – em parceria com o Centro Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montalegre;
- Oficinas de Natal em parceria e colaboração com a Biblioteca Municipal. Assinado, a Presidente da Câmara Municipal, Fátima Fernandes.”

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Moura, João Carlos Rodrigues, António Cascais, Fátima Crespo, Acácio Gonçalves, Sandra Catarina Gonçalves e Hernâni Carvalho.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Considerando os termos da proposta apresentada relativamente ao orçamento no valor de 24.523.000€ pela Câmara Municipal de Montalegre para o ano de 2023, os deputados do PSD na Assembleia Municipal de Montalegre consideram que:

- 1) Este orçamento acaba por ser um copy past de orçamentos anteriores, em que apenas reflete as prioridades políticas da maioria socialista;
- 3) Nas medidas que consideramos de impacto positivo na vida dos Montalegrenses, acompanhamos o enfoque dado finalmente à recuperação da piscina municipal, facto já referenciado o ano passado, bem como o regresso do projeto do centro de recolha de animais de companhia, e o projeto centro SIPAM de Barroso, medidas que como se sabe, constavam do nosso programa eleitoral;
- 4) Referenciamos ainda como positivo a substituição do “Complexo Desportivo de Salto” pelo “Complexo Polivalente de Salto”, sendo que este novo projeto se mantém no mesmo local, com o abandono do novo estádio municipal (1,7 ME) pela creche de Salto, que há muito defendemos; o Plano prevê ainda obras de requalificação do Campo Padre Manuel Jorge, em vez da construção de um novo, revertendo o processo de expropriações, que o PSD sempre defendeu; ou seja, os PS tem de explicar aos Saltenses e ao povo do Baixo Barroso o porque de depois de se servir do projeto Complexo Desportivo de Salto para fins eleitorais, vir agora reconhecer que o PSD tinha razão; Foram mais de 10 anos a enganar o povo de Baixo Barroso e de modo a encerrar o maior diferendo da política em Montalegre nos últimos tempos, defendemos a urgência das obras do novo Pavilhão, para evitar os treinos de futsal à chuva e frio ou as deslocações a Boticas, tendo o Executivo o nosso apoio, se for necessário, para recorrer a um empréstimo bancário, para avançar com a obra o mais rapidamente possível.
- 5) O esforço municipal no apoio ao sector agropecuário, e nos reforços dos programas “Olhares pela maternidade” e “Regulamento de Apoio Financeiro à Família”, bem como o processo “Plano Municipal de Apoio à Família para Combate aos Efeitos da Inflação”, que vai apoiar o rendimento das famílias mais carenciadas e com filhos e combater o aumento do custo de vida, que no entanto, no nosso entender poderia ser mais ousado e arrojado, pois esqueceram-se dos mais idosos, que representa a maior parte da população residente no nosso concelho.
- 2) O PSD Montalegre considera por sua vez, que, não obstante a existência de medidas que acompanhamos e consideramos importante para a qualidade de vida de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

todos os que vivem e trabalham no concelho, estamos perante uma oportunidade perdida para dar um novo rumo, pois trata-se de um documento sem uma estratégia clara de desenvolvimento, sem captação de investimento, pois não se veem apoios ao empreendedorismo, nem se aposta na competitividade do município;

5) O adiamento das obras de requalificação da Escola EB1/JI de Cabril e do Centro Escolar de Montalegre, a continuação da aposta no desporto automóvel e duplicação de verbas no caminho da Assureira, o fim dos festivais de teatro e de música júnior e a falta duma verba para fazer obras no Estádio Municipal da Lage, que permita ao Vilar de Perdizes jogar em casa, são também razões que repudiamos;

6) Acreditamos ainda que muito pode ser feito para atrair investimento e emprego de qualidade, apostando nas áreas de turismo (com a aprovação de planos de ordenamento nas barragens do Alto-Rabagão e Paradela, por exemplo) e agropecuária (em que existe uma legislação restritiva dentro da zona do PNPG), áreas essas, em que o concelho se possa afirmar numa lógica de diferenciação competitiva;

7) Acompanhamos ainda com muita atenção a situação de mobilidade e do sistema de transportes, bem como das acessibilidades rodoviárias. Embora não seja de exclusiva competência municipal, pouco ou nada se fez relativamente ao ano anterior, pois as fragilidades demonstradas pelo sistema de transportes, a degradação das instalações e do serviço prestado e a quase inexistência de preocupações sociais e políticas relativamente às acessibilidades à A24, sendo neste momento o único concelho da CIMATB a não ter um acesso condigno à mesma, bem como a degradação e desvitalização da EN 103 em toda a sua extensão, levam-nos a questionar quais as medidas pensadas para mitigação das situações negativas existentes;

8) Além disso, neste Orçamento para 2023, verificamos:

No Plano Plurianual de Investimentos (PPI), no setor das "Funções Sociais" que tem um peso de 60% do PPI, precisamente igual ao orçamento de 2022, acreditamos que para este ano deveria ser reforçado, e há margem para isso, uma vez que o ano de 2023 devido à inflação existente e subida generalizada de bens e serviços, vai ser mais difícil e atribulado para todas as famílias e empresas do concelho.

Constata-se, ainda que o valor do investimento previsto em desporto automóvel é quase igual à rubrica da "Saneamento e abastecimento de água", duas áreas em que o concelho ainda está muito carenciado; ou seja, o município vai gastar 560.000€ em 2023 em desporto automóvel, enquanto que no saneamento e abastecimento de água apenas haverá um investimento total de 703.500€, curiosamente a mesma verba que no orçamento para 2022.

Observamos assim, que este não é um orçamento equilibrado e justo para a população do concelho de Montalegre e que são inúmeras as rubricas que carecem de uma justificação plausível para os valores que são apresentados.

Face ao exposto, o voto dos deputados eleitos pelo PSD de Montalegre é contra o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2023. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "As palavras da senhora Presidente da Câmara na apresentação do plano e orçamento explicam muito bem porque consideramos este documento de qualidade, de esperança e de certeza.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Como referiu “é um documento alicerçado na responsabilidade e no rigor, valorizando a qualidade de vida de todos os que aqui residimos, com as pessoas no centro da governação”.

Compromete-se com as obras assumidas anteriormente e apresenta um leque de outras perspetivas para o futuro.

A verdade e a contenção, reforçada pela prudência reclamada pelos tempos que vivemos, estão aí expressas, mas isso não impede que se consiga um orçamento que aposta na estratégia em prol do desenvolvimento social e económico, merecendo, por isso, particular atenção o compromisso com a cultura, os apoios sociais, à economia e ao emprego.

Assim, destacamos algumas das marcas deste orçamento e da governação socialista:

1-Este orçamento aposta no investimento direto na educação e nas pessoas, com o enorme investimento no transporte público e na gratuidade do transporte escolar e com outros como é exemplo o subsídio para aquisição de material escolar para os alunos e a bolsa de estudo para estudantes do ensino superior.

2-Este orçamento consagra também grande investimento para iniciativas culturais e de promoção como a sexta-feira 13 ou no apoio às associações culturais;

3-Garante ainda o apoio direto à agricultura e à pecuária com um grande montante no apoio para a sanidade animal, aos produtores de pequenos ruminantes, o subsídio à produção do gado barrosão, apoio à produção de batata, apoio à Cooperativa Agrícola;

4-Assume o grande investimento no apoio à produção e comercialização do fumeiro com a feira do fumeiro, o maior cartaz da região, o pagamento do abate de suínos no matadouro, e o apoio à associação de produtores para a sua atividade, nomeadamente para melhorar a qualidade e reforçar a produção e comercialização dos produtos;

5-Consagra o maior investimento de sempre nos apoios sociais diretos com atenção aos mais carenciados, o investimento na estratégia local de habitação com medidas direcionadas para a oferta de habitação a jovens, o que contribui também para a sua fixação, o complemento solidário para os escalões mais baixos, o apoio à maternidade, o plano municipal de apoio aos efeitos da inflação, ou o apoio na compra de medicamentos. Tudo está previsto de forma justa e solidária;

Mas este Plano tem outras medidas de apoio geral ou específico, mas que garantem também emprego e fixam as pessoas no território por todo o concelho. Falo do apoio às brigadas florestais, da dotação para as IPSS, para o funcionamento das associações de bombeiros e para o cartão Municipal do Bombeiro, e das transferências para as freguesias.

Este orçamento tem limitações, mas, contrariamente ao que diz o PSD é um bom orçamento e é enorme na distribuição justa dos recursos para melhor desenvolvimento da nossa terra, e promove a coesão social e territorial.

Sim, é um orçamento de passado, mas para o presente e que tem futuro!

Senhor presidente

Senhoras e senhores deputados:

Queria terminar referindo aqui mais uma grandeza deste orçamento e deste executivo: Perante tanta obra e com muito apoio direto às instituições e às pessoas, a Câmara consegue ainda prescindir do empréstimo já aprovado de 1,5 milhões de euros, que não afetava o equilíbrio financeiro, mas que demonstra boa saúde das contas da Câmara e muita responsabilidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Ter contas certas é uma marca de qualidade da gestão e é sinal político de coragem e confiança transmitida aos eleitos, aos eleitores, e a toda a comunidade.

Grande decisão, tomada e partilhada, estou certo, por todos os Barrosões!

Por tudo isto este plano merece ser aprovado, sem reservas, porque será apoiado por todos os Barrosões! Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

O deputado António Cascais disse que num orçamento com 24 milhões de euros, em que 18 milhões são de despesas correntes e chamar-lhe orçamento de futuro é um pouco atrevido. É um orçamento de gerir o dia-a-dia. Pensa que se deve catapultar o concelho noutras perspetivas e em outros tipos de investimento e com mais trabalho na área do investimento.

Apreciou de ver a vontade, espelhada neste orçamento, de regenerar a Vila de Montalegre e espera que lhe dê continuidade porque a vila já merece ser cuidada. Relativamente à regeneração da vila e tendo em conta o ordenamento e o mobiliário, constata-se que há muitos obstáculos à liberdade e mobilidade das pessoas. Fala do caso de árvores no meio de passeios relativamente estreitos e isso não é do século XXI, o que deverá ser banido.

Já no ano passado referiu que a entrada poente da vila está uma vergonha. A vila de Montalegre precisa de novos ares na sua apresentação e que só a intervenção feminina é que será capaz de realizar.

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores e Senhoras Vereadores, caros colegas e estimado: da leitura e análise deste orçamento que considero muito bem elaborado e muito transparente, o primeiro ponto que quero realçar, é que efetivamente salta à vista de todos que o investimento nas famílias e nas pessoas é evidente.

A Câmara Municipal de Montalegre acompanha também a preocupação do Governo nos tempos difíceis que enfrentamos e apresenta-nos um orçamento direcionado para as pessoas, para as famílias, para o investimento e para o emprego.

Este orçamento apresenta um investimento nas funções sociais de mais de 8 milhões de euros; 5 milhões de euros no PPI a que crescem mais 3 milhões e meio no PAM.

É um valor global que será investido nas pessoas, na cultura, no apoio às famílias, às associações e num Programa Nacional que vai ter grande impacto no Concelho e no País.

É o 1º Direito – um Programa que visa dotar as habitações de condições e dignidade.

Fazer, fazer acontecer, construir e desenvolver é a grande preocupação deste orçamento e a prova disso são as diferentes rubricas em aberto para se poderem incluir projetos que se possam enquadrar no próximo Quadro Comunitário e no Pacto.

Isso revela sentido de responsabilidade, pensamento direcionado para o futuro, para as necessidades das pessoas, para o interesse municipal e grande capacidade de governação.

Este é, efetivamente, um orçamento socialista. Assinado, a deputada municipal Fátima Crespo.”

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Senhores Vereadores, Senhores deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Acácio Gonçalves, representante do grupo municipal do CDS/PP, vem se pronunciar sobre os documentos provisionais para o ano de 2023.

O presente orçamento para 2023, aprovado pelo executivo socialista com os votos contra de toda a oposição, carece de vontade política para mudar o sistema viciado dos anos anteriores, mais parecendo o espelho que reflete a mesma imagem. Na parte referente às receitas (24.523.000,00€) poucos concelhos se podem orgulhar de um valor tão significativo; na questão de encargos bancários e outros é confortável verificar que existe um fundo de maneo que poderia apoiar o empreendedorismo na questão dos investimentos e criação de empregos por parte dessas empresas.

Verificamos que é um orçamento que nos deixa aquém das necessidades deste concelho, faltando vontade de requalificar escolas e apoiar o desporto nas suas mais variadas vertentes, acompanhando os clubes e associações em situações de fragilidade económica. Esta situação de deixar de andar na concretização de obras é inexplicável e anos após anos são muitos milhares de euros que vão inflacionando orçamentos apresentados, verifica-se o que se está a passar com o Centro SIPAM que no seu atraso de ano para o ano vai aumentando os custos do investimento na ordem de centenas de milhares.

O mesmo vai acontecer com a requalificação das escolas em Cabril, Salto e Centro Escolar.

Este orçamento não encaixa com as necessidades com que o concelho se vem debatendo, na questão do abastecimento de águas, terá de ser revisto o acordo com as Águas do Norte, visto que o mesmo prevê a criação de ETAR's em todas as aldeias circundantes da Barragem dos Pisões e nada foi feito. O caso concreto na Freguesia de Viade em que a suspensão de saneamentos em Parafita só acarreta mais custos para o município, faltando os princípios fundamentais para a finalização das obras que vão parecendo uma manta de retalhos.

Tem de haver vontade política para poder tomar decisões que colidem com necessidades urgentes que o concelho necessita. As águas estão na ordem do dia atendendo aquilo que assistimos que vem afligindo as aldeias nas quais só existe fixação de pessoas se tiverem condições de habitabilidade.

A noção da realidade de um Município que não pode só olhar para o desporto e lazer deve começar por ser mais contido com as verbas atribuídas sem qualquer retorno. As festas, as festinhas e as festanças não podem acabar, mas podem ter um sabor mais económico.

As Juntas de Freguesia e Comissões de Compartes têm também de ser mais contidos nos gastos supérfluos.

Só assim um concelho como o nosso poderá dar o passo em frente pensando num futuro para os jovens.

Vamos votar contra este documento provisional em que os cortes já vão sendo feitos para autofinanciamentos de projetos sem o apoio bancário do empréstimo. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves."

A deputada Sandra Catarina Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores deputados e demais pessoas aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

presentes: a proposta do Plano e Orçamento para o ano de 2023, que será hoje sufragada, apresenta-se, quanto a mim, assertiva, rigorosa e dinamizadora.

Atenta à situação socioeconómica atual, com a inflação e a perda do poder de compra, entendo como importante o objetivo de dinamização os centros das sedes da freguesia, os mercados, promovendo a animação económica e cultural, para dinamizar a produção e comércio locais.

Perfilho também a ideia priorizar a educação, a cultura, a saúde, a formação e o desporto, por forma a criar maior coesão social e aqui construir uma sociedade mais justa e equilibrada.

Vejo nesta proposta de Plano e Orçamento aquilo que vejo neste executivo: critério, coragem, sensibilidade e determinação!

Nele vemos uma forte e evidente vertente social, familiar e um verdadeiro estímulo à economia local.

Nele vemos uma aposta assertiva de manutenção de apoio à nossa agricultura e à produção pecuária – importantes fatores de desenvolvimento e aproveitamento dos nossos recursos naturais, que permite a muitas famílias a manutenção dos seus rendimentos e permitem a outros, como os jovens agricultores, a sua fixação, contrariando a tendência para a emigração!

Igualmente de louvar, é o apoio às associações locais, nomeadamente aquelas que se encontram sediadas na freguesia que represento como a Associação Borda d'Água, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salto, entre muitas outras, são elas a força motriz no emprego e na cultura local de Salto.

Sob o ponto de vista das infraestruturas vejo com júbilo que o Plano contemple a conclusão das obras na Escola Básica de Salto, além de prever a criação da tão almejada e necessária creche, bem como a construção do complexo polivalente. São infraestruturas como estas que permitirão alcançar uma verdadeira e significativa melhoria das condições de vida dos nossos fregueses.

Além disso, sei que a Sra. Presidente e o seu executivo não baixarão esforços para melhorar a rede viária que precisa de intervenção um pouco por todo o concelho, conseguindo, ainda, aquilo que já há um ano tive o cuidado de aqui mencionar, obter uma ligação à A24 para relançar definitivamente a nossa economia local e quem sabe permitir que muitos regressem às nossas terras e aqui vivam as suas vidas. Bem hajam. Restam-me deixar-lhes a todos uns votos de um Feliz Natal e um próspero Ano Novo. Tenho dito. Assinado, a deputada municipal Sandra Catarina Gonçalves."

O deputado Hernâni Carvalho disse que se está a discutir um documento exigente num tempo de incertezas e que todos devem estar preparados para ver alterados muitas das coisas que ali estão espelhadas. Mas, sobretudo, é um documento responsável, comprometido com o passado, com o presente, mas que essencialmente quer garantir o futuro. Destacou e pediu à Sra. Presidente que mantenha o investimento que é a construção de um lar residencial para pessoas com deficiência e a construção de um novo centro de atividades ocupacionais. Esta é também a marca que distingue o PS dos restantes partidos, porque cria emprego, porque não deixa ninguém de fora e porque é inclusivo.

Falou de uma Maria de verdade. Uma Maria que tem 80 anos, tem seis filhos e dois dos quais com deficiência. Uma Maria que viu a sua filha numa Unidade de Cuidados Continuados desta rede da economia social que responde a todo o país. Uma Maria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

com 80 anos que, com toda a força e coragem, é cuidadora destes filhos, atura os devaneios do seu neto que é ele, e vê neste projeto um futuro para os seus filhos.

A Senhora Presidente da Câmara disse que, depois de ouvir atentamente a oposição, até ficou a pensar que iriam aprovar o orçamento.

Disse que o canil municipal já está previsto há muito tempo e só ainda não avançou porque se está a aguardar o parecer do ICNF.

Sobre o complexo desportivo de Salto, disse que está pensado, projetado e aprovado há muito tempo. Vai ser retirado o campo de futebol porque, dadas as dificuldades económicas que o mundo está a viver, seria irresponsável da sua parte manter essa infraestrutura, quando, verdadeiramente, não há necessidade dela, naqueles termos. Há outras necessidades mais prementes e exige-se cautela, responsabilidade e rigor.

Quanto às pessoas de Salto, disse para não se preocuparem porque ela não toma decisões sem ouvir as pessoas. As pessoas sabem o que vai ser feito. O campo de futebol, e já há também projeto há muito, pode ser requalificado e servirá os atletas de Salto.

A creche é um projeto que já existe desde 2009 e não tem que constar no orçamento porque não cabe à Câmara fazer esses equipamentos, mas compete à Câmara financiar a sua construção, a exemplo do que foi feito na área social em todo o concelho. As pessoas devem lembrar-se que não é apenas importante pensar-se na construção dos equipamentos, é preciso também pensar na sua sustentabilidade.

A creche não foi feita por dois motivos. O primeiro prende-se com a tal sustentabilidade. Não havia a garantia de aprovação por parte da Segurança Social, do financiamento e da elaboração do acordo que é essencial para que funcione. O segundo motivo, que justifica o primeiro prende-se com facto de não haver crianças suficientes. Ainda bem que se fez o levantamento e se fizeram diligências no sentido de congregar aldeias dos concelhos vizinhos que mostraram a necessidade desse equipamento. É com base nisto que se justificou o projeto.

Se se trata de um orçamento exigente e cauteloso, também é um orçamento ambicioso. É este orçamento que vai permitir que a Câmara se candidate a fundos comunitários bem como encerrar os projetos do Quadro Comunitário que agora termina.

Sobre as árvores nos passeios disse que há normas no ambiente que são muito rigorosas e não permitem o corte de árvores. É uma situação que está identificada e se está a estudar.

Falou do plano de combate à inflação que é precisamente para ajudar as famílias que estão em dificuldades.

Quanto aos idosos, disse que estão todos identificados e se alguns vivem em condições precárias é por sua escolha, porque têm outras soluções e até rendimentos e contra isso nada se pode fazer. A individualidade e a maneira de ser de cada um deve ser respeitada.

Sobre o SIPAM, disse que não tem atrasos de anos. Lembrou que o contrato de construção do SIPAM foi assinado em meados do ano 2022 e termina em junho de 2023.

Terminou, afirmando que a requalificação urbana não diz só respeito às Vilas de Montalegre e Salto, mas a todas as aldeias em especial o centro das freguesias para lhes dar atratividade e fazer com que mais gente nos procure.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por maioria, com nove votos contra dos deputados José João Moura, Sandra Gonçalves, António Cascais, Acácio Gonçalves, Manuel Carrelo, Alívio de Freitas, Ricardo Branco, Sílvia Carneiro e José Acácio Gonçalves.

2.5. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – ano 2022, segunda alteração modificativa ao Orçamento da Receita, quarta alteração modificativa ao Orçamento da despesa, quarta alteração modificativa ao Plano de Plurianal Atividades, terceira alteração modificativa ao Plano Plurianual Investimento – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.6. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos nos anos económico de 2022. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – Para conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.7. CROAC – Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia – Montalegre – Enquadramento Urbanístico e Declaração de Interesse Público – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.8. Escritura de Justificação Notarial do Prédio Urbano, sito na Rua Central, n.º 25, Borralha, freguesia de Salto – Aprovação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais perguntou porque é que tem que se recorrer à figura de usucapião.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal disse que houve um lapso no registo matricial da casa em questão. As casas tinham sido cedidas, mas estavam mal identificadas. É necessário que esta casa volte novamente para a posse da Câmara para que seja novamente cedida, mas de uma forma correta e legal.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.9. Aprovação de nova minuta do contrato de operação de financiamento por locação financeira (LEASING), para aquisição de uma viatura homologada em 19 toneladas de peso bruto. DFNº76/2020.

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais disse que não pode votar neste ponto pois recebeu o documento com erros administrativos. Na minuta saltaram a numeração das cláusulas.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal assumiu a responsabilidade e penitencia-se por isso, mas se houver algum desconforto na votação, a Assembleia que se manifeste e colocar-se-á o assunto para aprovação noutra reunião.

Deliberação: Aprovado por maioria, com oito abstenções dos deputados José João Moura, Sandra Gonçalves, António Cascais, Acácio Gonçalves, Alívio de Freitas, Ricardo Branco, Sílvia Carneiro e José Acácio Gonçalves.

2.10. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: " Os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre vêm justificar o seu voto à minuta do contrato-programa da EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, com o município de Montalegre nos seguintes termos:

1) A posição do PSD acerca desta matéria continua clara, objetiva e coerente com votações anteriores.

A criação da EHATB em 1989 como uma empresa intermunicipal para explorar a mini-hídrica de Bragadas e que tinha e tem como acionistas os Municípios de Montalegre, Boticas, Chaves, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, foi uma medida exemplar, pois os municípios investiram no potencial de produção de energias limpas do Alto Tâmega, por vezes financiados por fundos comunitários, e criaram receitas próprias para reforçar os seus orçamentos, que levou assim à génese da criação e coesão dos 6 municípios em prole do desenvolvimento urbano e rural, dando o passo na origem do embrião da comunidade intermunicipal do Alto-Tâmega e Barroso.

2) Entretanto ocorre a desvirtuação inicial com o financiamento de eventos e obras das Câmaras, através dos chamados "contratos-programa", que se mantêm nos estatutos submetidos a votação, e, sobretudo, porque os contratos-programa de obras, no que diz respeito ao Município de Montalegre, se têm revelado com falta de transparência e de eventuais ilegalidades, já muitas vezes proferidas pela oposição.

3) Isto tudo, aliado ao novo Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, que determina as novas regras de contratação pública, bem como o Código dos Contratos Públicos, parece-nos que, a poupança de impostos, a existir, não justifica que a EHATB pague as despesas das Câmaras (eventos e obras), em substituição dos lucros que lhes seriam distribuídos no final do ano, em dividendos, conforme determinado inicialmente na criação e constituição da EHATB;

4) Não somos assim contras as obras propostas, apenas não concordamos com o princípio e método proposto na presente minuta de contrato-programa da EHATB com o município de Montalegre.

Sendo assim e após a apreciação crítica sobre o exposto, e como já mencionado em assembleias municipais anteriores, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, votam contra na apreciação e votação ao contrato-programa da EHATB que nos é proposto. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

Deliberação: A minuta do Contrato-Programa foi aprovado por maioria, com oito votos contra dos deputados José João Moura, Sandra Gonçalves, António Cascais, Acácio Gonçalves, Alívio de Freitas, Ricardo Branco, Sílvia Carneiro e José Acácio Gonçalves e com uma abstenção do deputado Manuel Carrelo, depois de ter sido corrigido o seguinte lapso de escrita: onde se lê: "Artigo Décimo Oitavo" deve ler-se: "Artigo Nono".

2.11. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria, com sete votos contra dos deputados José João Moura, Sandra Gonçalves, Acácio Gonçalves, Alívio de Freitas, Ricardo Branco, Sílvia Carneiro e José Acácio Gonçalves e com duas abstenções dos deputados António Cascais e Manuel Carrelo.

2.12. EHATB – Plano de Atividades e Orçamento para 2023 – Para conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.13 Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso – Plano de Atividades e Orçamento para 2023 – Para conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.14. EHATB – Relatório Execução Orçamental 2.º Trimestre 2022 – Para conhecimento.

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não se tendo verificado qualquer inscrição.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi esta minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Vinhas